

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ÉLEN RÚBIA DE ANDRADE SILVA

**Um olhar para a segregação socioespacial no município de
Serra (ES) a partir da análise migratória, nos anos 2000**

**VITÓRIA
2018**

ÉLEN RÚBIA DE ANDRADE SILVA

Um olhar para a segregação socioespacial no município de Serra (ES) a partir da análise migratória, nos anos 2000

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

**VITÓRIA
2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu maior mentor e me dar forças nos momentos mais difíceis;

Aos meus pais pela dedicação e amor incondicional, por encorajar e acalmar nas horas de desespero;

A minha avó, que sempre esteve presente na minha vida e tem importância fundamental na conclusão deste trabalho;

Ao Juliano por todo o suporte emocional e apoio na minha vida acadêmica;

Aos professores da graduação em Geografia que contribuíram de forma direta com meu aprendizado;

Ao Programa de Extensão (ProEx) e ao Programa de Iniciação Científica (PIIC);

Aos colegas de curso, a turma de 2013/2, que contribuíram com minha formação, e em especial, ao Francismar que colaborou com esta pesquisa.

Ao meu orientador, professor doutor Ednelson Mariano Dota, pela atenção, paciência, direção e oportunidades a mim oferecidas e pela participação em minha trajetória final do curso.

RESUMO

O presente trabalho discute as relações entre as características dos residentes das áreas de ponderação (APOND's) do município de Serra (ES), bem como o perfil sócioeconômico dos imigrantes dos anos 2000. Também busca analisar os fatores de atração de cada APOND, para então entender as causas da segregação socioespacial em Serra, que são ligadas à dinâmica migratória. Tendo como objetivo analisar a segregação a partir do volume e direcionamento das migrações com destino as APOND's de Serra e sua relação com o rendimento mensal domiciliar em salários mínimos. Procura compreender como a influência dos investimentos e infraestruturas em determinados locais da cidade contribuem para a formação de espaços segregados e segregadores, fazendo um cruzamento de dados de imigração, rendimento médio domiciliar em salários mínimos dos imigrantes e dados sobre algumas características dos residentes de cada uma das APOND's, com base em dados do Censo Demográfico do ano de 2010 disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a partir disso entender a atuação dos investimentos imobiliários atuais na reprodução da segregação na cidade, que interfere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e funciona como pólo atrativo de imigrantes.

Desta forma, concluímos que os principais investimentos imobiliários em Serra têm atraído parte da população imigrante em ascensão que tem condições de arcar com os custos de moradia nos locais mais centralizados e que a média salarial por família relacionada ao volume de imigrantes em cada APOND é um fator determinante para entender a disposição desses novos cidadãos e a segregação no espaço da cidade.

Palavras-Chave: Imigração; segregação socioespacial; rendimento médio domiciliar em salários mínimos; Serra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)

Figura 02: Divisão distrital de Serra

Figura 03: Localização dos Terminais Transcol em Serra

Figura 04: Foto aérea do bairro Santa Luzia em 2003 e 2010

Figura 05: Foto aérea do bairro Morada de Laranjeiras em 2003 e 2010

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Número de habitações produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES na Grande Vitória até 1986

Gráfico 02: População rural e urbana residentes de Serra entre 1970 a 2010

Gráfico 03: Números absolutos de migrantes interestaduais na RMGV nas décadas de 1990 e 2000, com ênfase nos estados limítrofes ao Espírito Santo

Gráfico 04: Número de lançamentos de unidades imobiliárias em empreendimentos com mais de 800m² entre 2005 e 2010 em quatro municípios da RMGV

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização das áreas de ponderação em Serra (ES), 2010

Mapa 02: Taxas médias geométricas de incremento anual da população dos municípios da Grande Vitória (%) - 1950 a 2010

Mapa 03: Rendimento mensal domiciliar, em salários mínimos, dos imigrantes nacionais, segundo as APOND's de Serra (2005-2010).

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Áreas de ponderação do município de Serra (ES) e suas respectivas localidades, 2010

Tabela 02: Imigrantes, emigrantes e trocas migratórias, em números absolutos, da RMGV em 2010

Tabela 03: População residente em Serra e População não natural de Serra, segundo o lugar de nascimento (2000 – 2010)

Tabela 04: Escolaridade dos residentes por APOND em Serra (2005-2010)

Tabela 05: População ocupada segundo tipo de ocupação e ramo de atividade por APOND (2005-2010)

Tabela 06: Tempo habitual de deslocamento para o trabalho dos residentes em Serra, segundo APOND (2005-2010)

Tabela 07: Renda média familiar, em salários mínimos, dos imigrantes nacionais, segundo APOND em Serra (2005-2010)

Tabela 08: Proporção de não migrantes e imigrantes nacionais por APOND em Serra (2005-2010)

Tabela 09: Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais por características e localização predominantes do sítio urbano em Serra – 2010

LISTA DE SIGLAS

APOND – Área de Ponderação

BNH – Banco Nacional de Habitação

CIVIT – Centro Industrial da Grande Vitória

COHAB-ES – Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

ES-010 – Rodovia do Sol

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

IJSN- Instituto Jones dos Santos Neves

INOCOOP-ES – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMS – Prefeitura Municipal de Serra

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RM's – Regiões Metropolitanas

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SINDUSCON-ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo

TRANSCOL - Sistema de Transporte Integrado da Região da Grande Vitória

TIMS – Terminal Intermodal da Serra

UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Materiais e métodos.....	15
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	20
1.1. Produção do espaço e segregação urbana.....	20
1.2. Migração nas regiões metropolitanas.....	23
2. BREVE ANÁLISE SOBRE A RMGV E O MUNICÍPIO DE SERRA	26
2.1. Crescimento urbano de Serra no contexto da RMGV	26
2.2. Aspectos sociodemográficos.....	32
3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SERRA NOS ANOS 2000	41
3.1. Perfil socioeconômico dos residentes das APOND's em Serra	41
3.2. Renda familiar dos imigrantes nas APOND's em Serra	48
3.3. Os investimentos imobiliários e a centralidade de Laranjeiras	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

A capital do Espírito Santo, Vitória, apresentou um crescimento urbano notável a partir das décadas de 1960-70 (CASTIGLIONI, 2009) e, além dela, outros municípios do estado tiveram sua importância neste cenário. Os municípios de Vila Velha, Serra e Cariacica, que fazem fronteiras com a capital, e o município de Viana, acompanharam esta evolução urbana e econômica, mas também compartilhavam das mazelas do urbanismo acelerado. Juntos, os cinco municípios citados, através da Lei Complementar Estadual Nº 58 de 1995, passaram a compor a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que foi criada para administrar, de forma integrada, o crescimento urbano.

Ao longo das últimas décadas o município de Serra apresentou um desenvolvimento acelerado de sua população, passando de 321.181 habitantes no ano de 2000 para 409.267 em 2010, um crescimento de aproximadamente 27%, e com uma população estimada de quase 502.618 para 2017, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os investimentos em infraestrutura, de ordem pública, como abertura e melhoria de avenidas, implantação de novos terminais rodoviários, motivaram o avanço do mercado de produção imobiliária para o município de Serra, mas os investimentos industriais, a partir da década de 1970, mesclado à oferta de emprego com grande disponibilidade de terrenos de baixo custo, foram cruciais na explosão demográfica que ocorreu no município e que ainda coloca Serra no topo da atração migratória no Espírito Santo (CAMPOS JÚNIOR; GONÇALVES, 2009). A supervalorização do solo urbanizado na capital Vitória e a baixa disponibilidade de grandes áreas nos bairros Praia da Costa e Itapoã em Vila Velha, para receber novos investimentos também foram um dos fatores que culminaram neste crescimento imobiliário em Serra (CAMPOS JÚNIOR; GONÇALVES, 2009).

Todas estas características favoráveis ao investimento de capital imobiliário transformaram Serra em um polo atrativo, fazendo com que o município conseguisse lugar de destaque, conquistando o segundo maior PIB do estado, contribuindo, em 2010 com 15,47% ficando atrás somente de Vitória que contribuiu com 30,41% do total, conforme dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) de 2010, modificando assim o cenário econômico municipal em relação ao estadual. E Vitória e Serra continuam apresentando um aumento da concentração da geração de riqueza no Estado. Esses dois municípios juntos contribuíram com 33,9% do PIB do

estado e 21,4% da população em 2015 (IJSN, 2017).

O município, com característica de cidade com atratividade migratória elevada, acabou sendo destino de muitos imigrantes, que buscavam oportunidades e espaço para fixar moradia dentro do território. Esta distribuição não acontece de forma igual para todas as classes, pois segundo Brito e Souza (2005) os fluxos migratórios para os vetores onde a população é mais pobre tendem a ser mais homogênea, enquanto que a maior proporção de pessoas com níveis de renda e educação mais elevados constituem um fluxo mais heterogêneo.

Alguns bairros, por serem ocupados por determinada classe social desprestigiada, passaram a ter uma percepção depreciada por parte da população, e isto influencia diretamente na relação entre os moradores destes bairros depreciados e a população geral. Esta estigmatização não é somente territorial, ou da pobreza ou até da marginalidade, mas é, também e sempre, um ciclo onde os três se alternam e condicionam o indivíduo estigmatizado a uma condição subumana, trazendo constrangimento de oportunidades e exclusão social (OJIMA; et. al., 2010).

É na cidade que as relações de interesses do mercado imobiliário são evidenciadas, na produção de novas moradias, gerando ambientes segregadores e socialmente desiguais, e, conforme Corrêa (1989), a cidade capitalista é desigual e fragmentada, formada por vários agentes sociais que criam o espaço urbano conforme seus interesses e se relacionam dentro de um espaço comum na cidade. Isto levará a uma análise dos destinos de imigrantes para a região estudada, e os motivos que os levaram a fixar moradia naquela área, com base na análise do rendimento médio domiciliar.

Como uma característica dos países industriais em desenvolvimento, desde o início da urbanização do município de Serra, parcelas mais abastadas da população ocupavam loteamentos planejados e áreas parceladas, deixando a população mais pobre às margens da cidade, sendo forçada, por questões financeiras e políticas, a ocupar partes menos valorizadas longe do núcleo urbano ou áreas ambientalmente frágeis. Segundo Kowarick (1979), a condição social da população se reflete diretamente na distribuição espacial dos mesmos na cidade. Foi surgindo, neste contexto, problemas sociais e urbanísticos acarretados por esse acelerado crescimento urbano descontrolado, onde déficit habitacional, transporte coletivo, desemprego, saneamento, acesso à educação básica e assistência à

saúde, exclusão social e a “piora” na qualidade urbanística passaram a ser pauta de discussões políticas a níveis municipais e estaduais (SIQUEIRA, 2009).

As escolhas dos locais para investimentos em infraestrutura passam a ser um determinante para o desenho urbano, pois segundo Campos (2006) os investimentos em infraestrutura, ou a falta deles, em determinadas regiões fazem surgir vazios urbanos que se aproveitam da valorização do solo urbano para então se desenvolverem, deixando de lado qualquer função social que a propriedade possa ter. Os investimentos de ordem privada também são responsáveis por criar uma nova forma para a cidade, com loteamentos e grandes incorporações que delimitam espaços e controlam seu uso pela supervalorização do ambiente construído sem se importar com a dilapidação da sociedade e das condições urbanas (KOWARICK, 1979).

Em seu trabalho sobre espoliação urbana, Kowarick (1979) destaca que a segregação urbana se inicia no Brasil com a fixação do salário mínimo e o descompromisso tanto do setor industrial quanto do Estado em subsidiar a moradia da classe trabalhadora, que seriam, em uma visão marxista, “problemas relacionados com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder na sociedade brasileira” (SOUZA, 2006, p.26). A classe trabalhadora é privada do direito de viver na cidade, em condições aceitáveis e salubres – pois poderiam viver em cortiços alugados ou em favelas, que não possuíam um mínimo de salubridade – e se vê “obrigada” ou predestinada a viver em periferias, longe dos centros econômicos, em loteamentos e assentamentos sem infraestrutura, tendo que suprir toda sua demanda por alimentação, saúde, transporte, ou seja, os meios de reprodução da força de trabalho, ficando a moradia por ser compensada pela superexploração do trabalho como forma de conceber sua residência através da autoconstrução. Todas essas privações dos equipamentos e da vida na cidade geram uma segregação urbana, onde os indivíduos que desenvolvem a cidade, em subempregos, não vivem na mesma. Muito do que se viu no desenvolvimento das cidades nas décadas de 1980 e 90 foi a construção e o agravamento das “desigualdades na estrutura social urbana, intensificando-se a dinâmica perversa da segregação socioespacial”, com a queda do nível de renda da população e aumento do desemprego (LIMA, 2005).

A classe média, na produção da cidade, foi a grande beneficiária de todo crescimento econômico nas décadas de 1970 a 90, apoiados pelas iniciativas

governamentais, e neste período se criou um sentimento de diferenciação de necessidades entre as classes média e as mais pobres. Em junção com escrito por Kowarick (1979) é possível entender que a segregação social não se deu por acaso, mas como reflexo de investimentos e ações conjuntas entre o Estado, a classe emergente, e o setor industrial, que descarregaram na classe trabalhadora, pobre, toda sua necessidade de acumulação de capital. Estas ações tiveram reflexo direto na formação da cidade e na disposição desta classe explorada no desenho da cidade, pois, conforme já citado, a condição social da população se reflete diretamente na distribuição espacial dos mesmos na cidade. (KOWARICK, 1979).

Serra apresentou nos últimos três censos demográficos do IBGE as maiores taxas de crescimento populacional, e faz-se necessário compreender a ligação entre a migração existente no município, os investimentos imobiliários e a autoconstrução, presente na maioria dos bairros com menor infraestrutura para explorar um pouco mais sobre a dinâmica da cidade.

Desta maneira, este trabalho visa compreender as efetivas relações que se dão entre migração e a segregação socioespacial, a partir da comparação do rendimento mensal domiciliar, em salários mínimos, das famílias residentes no município de Serra, analisando-os a partir dos aspectos sociais e econômicos das áreas de ponderação (APOND's) que se localizam na mancha urbana. Tendo como objetivo geral a análise da segregação socioespacial a partir do volume e direcionamento das migrações com destino às APOND's de Serra e sua relação com o rendimento mensal domiciliar em salários mínimos. Tal objetivo se divide nos seguintes objetivos específicos: a) compreender a expansão do mercado imobiliário no município e relacionar com a atração migratória em Serra; b) verificar quais APOND's de Serra são segregadoras quanto a renda, atração migratória e oferta de infraestrutura e serviços urbanos.

Desta forma, o presente estudo tem como hipótese que a média salarial por família relacionada segundo o local de residência no município de Serra pode ser um fator determinante para indicar a segregação no espaço da cidade e na disposição desses novos cidadãos. Possivelmente isto mostre que a presença de imigrantes com destino aos bairros de maior renda média salarial formam uma cidade segregada, pois são estimulados tanto pelo estigma de morar quanto pela distribuição de infraestrutura e equipamentos na cidade de forma heterogênea, determinando o destino dos migrantes.

Sendo assim, este trabalho dividiu-se em três capítulos. O primeiro tratará dos principais conceitos teóricos utilizados no decorrer deste estudo, que se referem à produção do espaço e a segregação socioespacial e a migração nas regiões metropolitanas. O segundo capítulo apresentará o crescimento urbano da área de estudo e as características sociodemográficas. E o terceiro capítulo será destinado para apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Materiais e métodos

A forma de conduzir esta pesquisa foi predominantemente por uma revisão bibliográfica relacionada, principalmente, aos temas “migração” e “segregação socioespacial”. A junção dos conceitos da pesquisa com o estudo da realidade encontrada na área pesquisada permitiu uma análise crítica em relação às modificações ocorridas na última década.

O recorte espacial escolhido para análise foi o município de Serra, mais especificamente a mancha urbana, onde se encontram as APOND's. Serra apresentou grandes trocas migratórias nas últimas décadas, sendo o município mais populoso do Espírito Santo (MACHADO, 2017). Os investimentos industriais associados a grande disponibilidade de terrenos com baixo custo, nas décadas de 1970 e 80, impulsionaram uma expansão periférica no município serrano. Fazendo com que uma parcela da cidade fosse destinada a atividades industriais e outra para reprodução de uma população migrante com menor poder aquisitivo. Porém nos últimos anos o município vem experimentando novas dinâmicas, com a participação nas atividades imobiliárias da região, a partir da construção de condomínios fechados horizontais e verticais e a estruturação do subcentro metropolitano de Laranjeiras (CAMPOS JUNIOR; GONÇALVES, 2009, GONÇALVES, 2010, ZANOTELLI; FERREIRA 2011, FERREIRA, 2014). Sendo assim, os anos 2000 foi o período estudado, com intenção de analisar a atualidade do município, cujos dados mais recentes são do Censo Demográfico de 2010.

As principais informações necessárias para a execução deste trabalho são sobre migração e rendimento mensal domiciliar em salários mínimos e elas foram obtidas em fontes secundárias, através Censo Demográfico de 2010, do site do IBGE, que é uma fonte de cobertura nacional e permite o estudo detalhado do município.

Para obter dados de migração no Censo Demográfico foi empregado o

questito de data fixa, que é utilizado no Censo Demográfico desde 1991. Este quesito questiona o local de moradia do indivíduo em uma data fixa, onde é estabelecida uma data exata de cinco anos antes da operação censitária e o local de residência da data mencionada, fazendo com que o mesmo seja eficaz nas análises de migração, pois permite o cálculo do saldo migratório. Porém os dados “data-fixa” também apresentam limitações, exemplo disto são os deslocamentos ignorados entre os intervalos de cinco anos e os movimentos não captados de crianças menores de cinco anos, por terem nascido após o período de referência. (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017, IBGE, 2015).

E para obter os dados de rendimento mensal domiciliar em salários mínimos no Censo Demográfico foram utilizados dados sobre as APOND's de Serra. Numa escala intramunicipal em área urbana, é necessário que os dados censitários possuam escalas mais desagregadas que os dados municipais. A APOND é um agregado de setores censitários, específicos e sem a viabilidade de dupla contagem, que permitem a calibração das estimativas populacionais. Mantendo assim sua confiabilidade em relação à abrangência e periodicidade, tornando isto um grande benefício para trabalhar com dados em menores escalas de agregação. O tamanho mínimo estabelecido para cada APOND é de 400 domicílios ocupados na amostra. Para não perder precisão de suas estimativas, o tamanho das APOND's não pode ser muito reduzido, nos casos de municípios que não possuem o número de domicílios e de população estabelecidos, se considera uma APOND todo o município (IBGE, 2010).

A justificativa da análise da segregação socioespacial a partir dos dados sobre rendimento mensal por família e local de moradia dentro do município se deu com base no que Kowarick (1979) defende. O referido autor expressa em seu livro que a segregação social é reflexo da ação conjunta entre os agentes formadores do espaço, explicados por Correa (1989), e que o trabalhador assalariado, pobre, fica condicionado aos reflexos dos investimentos que são definidos pela classe exploradora que tem por necessidade a acumulação do capital, direcionando a classe trabalhadora à setores desvalorizados da cidade, devido a sua condição social que não permite o acesso a terrenos com alto preço (KOWARICK, 1979).

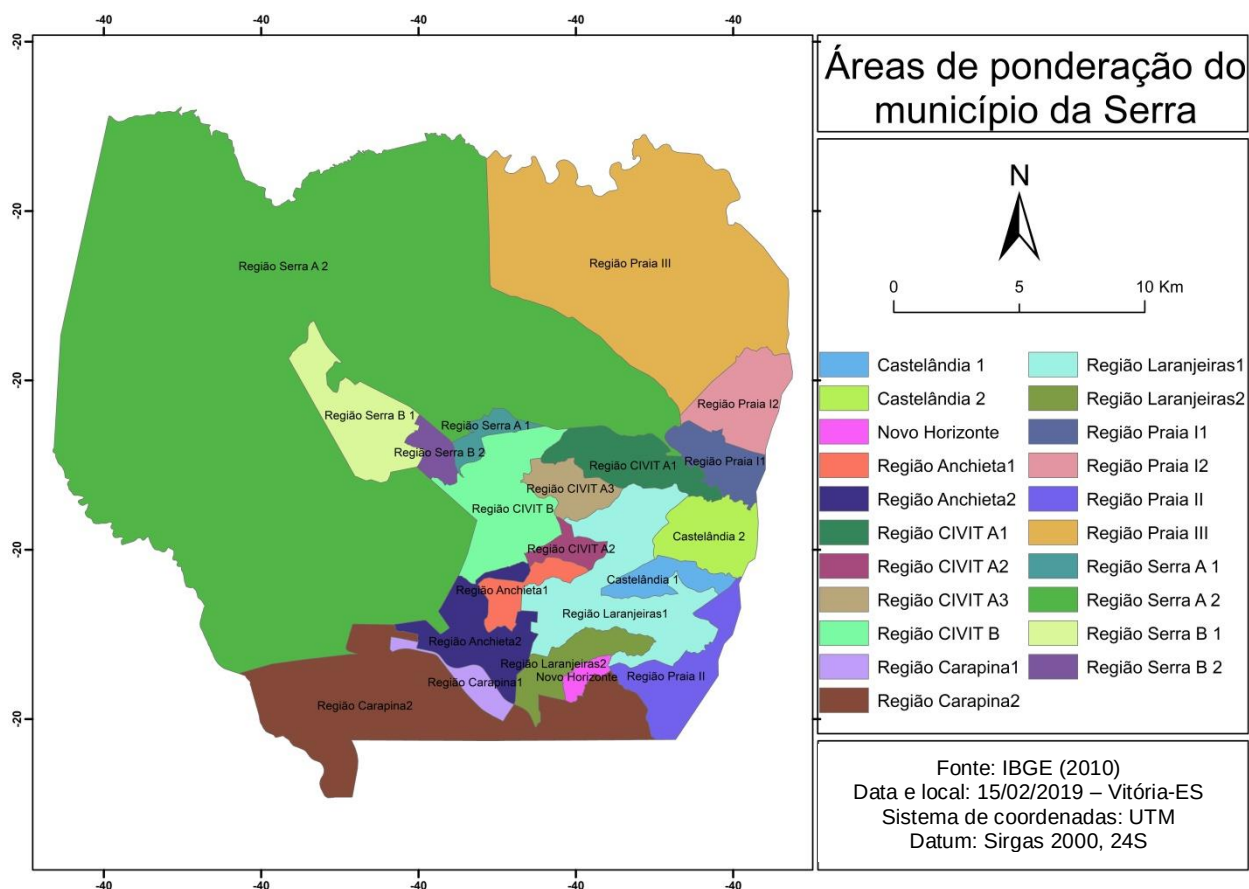
Os dados coletados foram tabulados no *software* estatístico PSPP, que é um programa para análise estatística de dados amostrados e é um substituto gratuito para o programa proprietário SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), que

em português significa Pacote Estatístico para as Ciências Sociais. Após a tabulação, os dados foram dispostos em tabelas no Excel para organização e análise, utilizando-se métodos de estatística descritiva para tanto. A estatística descritiva tem como objetivo resumir as características preponderantes de um grupo de dados através de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Ela tem o papel de retratar a realidade a partir da descrição dos dados e por isso a análise estatística dever ser minuciosa, principalmente no que se refere à escolha do formato apropriado de resumir os dados (GUIMARÃES, 2008).

Após a análise dos dados foi elaborado um mapa contendo as APOND's na mancha urbana do município e suas respectivas médias de renda familiar no software livre de Sistema de Informações Geográficas (SIG), para melhor compreensão visual e espacial da situação de Serra quanto à segregação socioespacial, levando em consideração o rendimento médio mensal por família e localização de residência.

A partir das observações feitas de todos os materiais mencionados, referentes às APOND's e suas características quanto a atração migratória e renda média domiciliar, é possível identificar os locais mais segregadores do município de Serra.

O município de Serra possui uma área que corresponde a 553,5 km² e população de 409.267 habitantes, sendo que 99,3% residem em áreas urbanas. Toda a mancha urbana da cidade é dividida por APOND's pelo IBGE e Serra possui 21 áreas de ponderação, sendo que cada uma corresponde a determinadas localidades (Mapa 01 e Tabela 01).

Mapa 01: Localização das áreas de ponderação em Serra (ES), 2010

Fonte: IBGE (2010);

É importante salientar a junção de bairros com maior valorização imobiliária com bairros com menor valorização imobiliária dentro de algumas APOND's, como é o caso de Castelândia 2 (Tabela 01), que engloba Feu Rosa, bairro estigmatizado em Serra, e Boulevard Lagoa, condomínio fechado de alto padrão, onde moram pessoas com padrão socioeconômico alto. Eles ficam próximos um do outro e são separados apenas por uma via de acesso, apesar das discrepâncias em relação à renda da população que mora neles. E essa junção é observada nos capítulos seguintes, onde os resultados apresentados pela APOND Castelândia 2 são medianos, pois é um resultado da mescla de salários, escolaridade, ocupação, entre outros de bairros com características de população muito distintas, apesar de próximos territorialmente.

Tabela 01: Áreas de ponderação do município de Serra (ES) e suas respectivas localidades, 2010.

Área de Ponderação	Localidades
Castelândia 1	Ourimar, Vila Nova de Colares, Nova Zelândia, Alterosas
Castelândia 2	São Pedro, Conj. Jacaraípe, Castelândia, Portal de Jacaraípe, Boulevard Lagoa, Praia da Baleia, Feu Rosa
Região Praia II	Praia de Carapebus, Lagoa de Carapebus, Balneário de Carapebus, Cidade Continental, Bicanga, Manguinhos
Novo Horizonte	Novo Horizonte
Região Praia I1	Jacaraípe, Costa Dourada, Jardim Atlântico, Estância Monazítica, São Patrício, Parque Jacaraípe, Lagoa de Jacaraípe
Região Praia I2	Costa Bela, Praia de Capuba, Enseada de Jacaraípe, São Francisco, Bairro das Laranjeiras
Região Praia III	Pq. das Gaivotas, Praiamar, Serramar, Nova Almeida, Pq. Res. Nova Almeida, Boa Vista, Marbela, São João, Bairro Novo, Reis Magos, Pq. Santa Fé
Região Laranjeiras2	Camará, Guaraciaba, Chácara Parreiral, Jardim Limoeiro, São Diogo I, São Diogo II, São Geraldo
Região Laranjeiras1	CIVIT I, CIVIT II, Colina de Laranjeiras, Parque Res. Laranjeiras, Valparaíso, Santa Luzia, Morada de Laranjeiras, Guaraciaba
Região Carapina1	André Carloni, Carapina Grande, Terminal Intermodal de Serra (TIMS)
Região Carapina2	Manoel Plaza, Rosário de Fátima, Eurico Salles, Boa Vista I, Boa Vista II, Jardim Carapina, Jacuhy, Polo Industrial Tubarão
Região CIVIT A1	Santa Rita de Cássia, Serra Dourada I, Serra Dourada II, Serra Dourada III, Porto Dourado
Região CIVIT A2	Maringá, Barcelona
Região CIVIT A3	Novo Porto Canoa, Eldorado, Parque Res. Tubarão, Planície da Serra, Porto Canoa, Mata da Serra
Região CIVIT B	Cidade Pomar, Nova Carapina I, Nova Carapina II, Pq. Res, Mestre Álvaro, Barro Branco, Pitanga, Campinho da Serra I, Campinho da Serra II
Região Serra A 1	Planalto Serrano
Região Serra A 2	Res. Centro da Serra, Jd. Guanabara, Jd. Primavera, São Domingos, Jd. Bela Vista, Divinópolis, Cidade Nova da Serra, Queimado, Continental, Chapada Grande
Região Serra B 2	Caçaroca, Maria Niobe, São Lourenço, Vista da Serra I, Vista da Serra II, Campinho da Serra II
Região Serra B 1	Belvedere, Jardim da Serra, Colina da Serra, São Marcos I, São Marcos II, São Judas Tadeu, Santo Antônio, Serra Centro, Cascata, Nossa Senhora da Conceição
Região Anchieta1	José de Anchieta, José de Anchieta II, José de Anchieta III, Solar de Anchieta, Residencial Vista do Mestre, Laranjeiras Velha, Taquara I, Taquara II
Região Anchieta2	Planalto de Carapina, Jardim Tropical, Cantinho do Céu, Central Carapina, Diamantina
Região 8 (Vitória)	Bairro de Fátima, Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I

Fonte: Dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE);

Destaca-se na tabela 1 a Região 8, que no período de recenseamento (2010) estava sob administração do município de Vitória, contudo, em 2012 foi aprovada a Lei Estadual nº 9.972, que alterou aos limites entre os dois municípios e integrou esse conjunto de bairros à Serra e por este trabalho se tratar de uma pesquisa anterior à aprovação da lei, os bairros de Fátima, Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I não foram incluídos na análise de imigração.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1. Produção do espaço e segregação urbana

A ação do homem sobre o espaço e seus objetos naturais e artificiais resulta na produção deste espaço, construindo assim diferentes paisagens, sendo elas reflexos de forças produtivas materiais e imateriais, levando em conta, como força produtiva, o conhecimento (SANTOS, 1988). Podemos dizer então que, o espaço urbano equivale ao espaço construído pela sociedade que vive nele e as atividades que a mesma exerce, sendo por elas explorado e correntemente transformado.

Lefebvre (2006) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido. O espaço concebido é o reflexo do capitalismo sobre os espaços, privilegia o valor de troca, utilizando como ferramenta a racionalidade e o saber técnico, são assim os espaços criados com finalidade de acumulação do capital. O espaço percebido corresponde à destinação daquele espaço, tendo como característica a funcionalidade em que o mesmo foi destinado e todos os seus usos diversos, para que seja possível a produção e reprodução social. O espaço vivido seria a marginalização do mesmo quanto à sua percepção, uma interpretação do indivíduo que busca novos usos e novas relações contextuais, trazendo personalidade coletiva e individual ao espaço.

O espaço urbano não imutável é produzido e reproduzido constantemente (VILLAÇA, 1998). Sposito (2008) destaca que a cidade é sujeito, exercendo influência sobre seus habitantes, e objeto, pois possui equipamentos que podem ser usados, revelando os interesses e as ações da sociedade e oferecendo condições para que ambos se realizem. Correa (1989) se refere à cidade como a expressão espacial das classes sociais. Nela se concentram homens, necessidades, possibilidades que possuem grande capacidade de organização e transformação e deve ser entendida como multiforme por sua situação, tamanho, arquitetura, organização interna, papel na vida regional ou nacional, correspondendo a um modo

particular de ocupação. Ela reúne num espaço, vasto e denso, grupos de indivíduos que vivem e produzem (SPOSITO, 2008).

Uma cidade é efeito mútuo de muitos agentes. Correa (1989) apresenta, em sua obra “O espaço urbano”, os cinco principais agentes transformadores do espaço. São eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os três primeiros agentes citados, apesar de terem alguns interesses distintos, são unidos por um objetivo em comum, o acúmulo de capital a partir da apropriação de uma renda da terra. Já os grupos sociais excluídos são os que não dispõem de renda para comprar um imóvel ou pagar o aluguel de moradias em áreas centrais e/ou com disposição de bons equipamentos públicos, restando a elas os cortiços, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal, a autoconstrução em áreas menos valorizadas longe dos centros e as favelas. O Estado serve como mediador entre os agentes transformadores do espaço, arcando com gastos que beneficiam diretamente a todos, mas não de forma igualitária.

O rápido crescimento da população metropolitana faz aumentar na mesma marcha o consumo de serviços urbanos, como transportes e saneamento básico, que ultrapassa os níveis de recursos dos municípios para supri-las. Porém, Singer (1976) e Correa (1989) explicam que numa economia capitalista, o aumento da demanda por esses serviços urbanos é apenas a demanda “solvable”, ou seja, a parcela da população que dispõe de meios para pagar. Portanto a necessidade de infraestrutura urbana “cresce em função da renda e não em função da população” (SINGER, 1976; 126).

Uma cidade que é desenvolvida por agentes formadores do espaço que não atuam de forma justa e igualitária, produzem espaços que acabam recebendo uma estigmatização por parte da sociedade. Santos (1987) explica que o valor do homem é determinado pelo lugar onde ele está, sendo assim seu valor se transforma constantemente, para melhor ou para pior, independente de sua condição pessoal, a localização e as diferenças de acessibilidade são decisórias. Sujeitos com as mesmas características possuem valores e oportunidades diferenciados se viverem em locais com padrões e serviços distintos. A estigmatização funciona como uma via com dois sentidos, adotando um aspecto de controle social, que ora rotula e desqualifica o sujeito estigmatizado, apontando singularidades que estão aquém dos anseios dos indivíduos ditos “normais”, caracterizando-o como “anormal”, ora serve

como caracterização positiva demonstrando notoriedade do estigmatizado quando este assume posição a qual atende aos desejos dos "normais" colocando-o em posição socialmente desejada, que o incorpora em uma caracterização dita "normal". Quando um bairro distinto passa a ser ocupado por uma classe social desprestigiada, esta ocupação pode provocar uma concepção depreciativa, por parte da população, sobre aquele bairro. A ideia depreciada da cidade sobre determinada região também é transferida para os moradores da mesma área, influenciando negativamente o seu cotidiano devido à relação que o resto da população tem sobre eles. Esta estigmatização territorial não é superior à que acontece em relação à pobreza ou à marginalidade, o que ocorre é um crescimento cíclico e mútuo entre eles (OJIMA et. al., 2010).

A história da segregação socioespacial está ligada a história urbana (OJIMA et. al., 2010) e é provocada pelo alto preço da terra, que diferencia as ocupações e suas formas de construções e convívios, restando ao indivíduo segregado quatro formas de sobrevivência na cidade, sendo elas o aluguel, o aluguel em cortiço (nos centros), a periferia (lotes sem infraestrutura) e a favela (KOWARICK, 1979). O morador da favela, por sua vez, é considerado o usurpador da cidade, pois não possui a apropriação da terra onde vive diferentemente do morador periférico, que compra seu terreno, muitas vezes sem infraestrutura necessária (CALDEIRA, 2000). "Na periferia pobre há poucos prédios de apartamentos e a maioria dos moradores vive em casas autoconstruídas" (CALDEIRA, 2000, 286), nessas áreas é comum encontrar casas isoladas e também excessivamente ocupadas. As regiões de maior renda real são as que oferecem bens e serviços coletivos e possuem maior valorização fundiária e imobiliária por terem seus terrenos bem equipados e com fácil acessibilidade. (RIBEIRO, 2002). Uma parcela da sociedade na posição social mais elevada tem buscado hoje um estilo de moradia em condomínios fechados, chamados de enclaves fortificados por Caldeira (2000), onde se protegem e se separam da sociedade por opção, optando por consumir espaços e infraestruturas cada vez mais privados, provocando autosegregação.

As classes mais pobres acabam pagando os preços mais altos relativos para ter acesso à moradia, autoconstruindo suas casas em áreas super desvalorizadas onde os equipamentos e serviços urbanos são quase nulos e isso acarreta em perda de qualidade da habitação. A atuação dos grupos sociais, que visam benefício na apropriação da renda real, geram a desigualdade de condições de vida e a

segregação residencial, ocasionando “processo de causação circular que tende sempre a instaurar e aumentar a desigualdade social na cidade” (RIBEIRO, 2002).

1.2. Migração nas regiões metropolitanas

As primeiras regiões metropolitanas (RM's) brasileiras surgiram em 1973 (LENCIONI, 2006), e nesse período o governo federal era responsável pela criação das RM's. Após a vigência da Constituição Federal de 1988 houve uma interrupção do modelo de políticas centralizadas e autoritárias e foi delegado aos governos estaduais à competência de criar as RM's e com isso, cada estado definiu seu próprio método de implantação e administração e constantemente os critérios políticos falam mais alto do que os sociais, econômicos e demográficos (DOTA; CAMARGO, 2015, BRITO; SOUZA, 2005). Os conceitos que conferimos à palavra metrópole são diferentes da palavra que a originou. Lencioni (2006, 44) explica que metrópole “significava “cidade-mãe” em relação às colônias que ela criava”, ou seja, as colônias eram dependentes de uma cidade que originava todas as outras ao seu redor. Apesar de algumas mudanças terem ocorrido desde a criação do conceito, as metrópoles ainda carregam consigo o papel de “cidade dominante”, que gerencia a reprodução do capital e o poder político, concentrando serviços – privados e públicos – e fluxos que alteram sua paisagem (LENCIONI, 2006).

A desconcentração industrial no Brasil, após os anos 70, fez com que muitas cidades começassem a manifestar um desenvolvimento que condiz com o metropolitano. A indústria não é a principal condicionante para transformar uma cidade, logo uma metrópole não precisa ser industrial, São Paulo é um exemplo disso. É necessário que uma metrópole seja uma cidade do capital, onde haja fluxo de pessoas, mercadorias e informações, rede de infraestrutura e serviços avançada, entre outros (LENCIONI, 2006). É comum que as sedes metropolitanas ofereçam uma quantidade e variedade maior de oportunidades de empregos em relação às outras cidades, ocasionando uma intensidade maior da atuação da força de trabalho (SINGER, 1976). Por outro lado, as capitais brasileiras tem perdido força em sua velocidade de crescimento demográfico, já os municípios periféricos às metrópoles desde a década de 1970 e 1980, apesar de sofrerem a consequência da diminuição da fecundidade e das migrações, apresentam crescimento superior às capitais. E por isso é necessário entender a dinâmica dos fluxos migratórios

intrametropolitanos, principalmente dos movimentos pendulares (BRITO; SOUZA, 2005).

A migração intrametropolitana está relacionada com a mobilidade pendular, pois a procura por moradia realoca a população urbana sem que a mesma troque seus locais de emprego, criando novos deslocamentos pendulares. O processo de expansão urbana é refletido, muitas vezes, na mobilidade pendular, pois há um descompasso entre os espaços onde se encontram as maiores oportunidades de emprego e os locais onde a moradia é viabilizada para a maior parte da população. (BAENINGER, 2004; DOTA; CAMARGO, 2015).

O forte elo entre mobilidade pendular e migração é defendido por diversos pesquisadores do assunto (DOTA; CAMARGO, 2015). Devido à produção e reprodução do espaço urbano, existe uma força de atração significativa que age sobre a migração com várias medidas e intensidades, fazendo com que a ligação não seja de forma linear, mas complexa. Os vetores de força de atração para a migração são influenciados por elementos como os custos distintos para obtenção de acesso a terra e/ou casa própria, aluguéis de imóveis, acessibilidade, mobilidade e outros aspectos determinantes para fixação de moradia, aliados à confluência de oportunidades de trabalho em determinada região, estes afetam quantitativamente a mobilidade pendular. A distribuição socioespacial da população, em relação às suas residências, de forma desigual, acentua as relações separatistas entre local de trabalho e estudo do local de moradia, causando uma dependência ainda maior dos fluxos pendulares para atender às necessidades da população. (DOTA; CAMARGO, 2015).

Os fluxos pendulares podem ser observados de duas maneiras. Para o grupo social mais abastado ela representa uma alternativa e para o grupo social mais carente ela é sinônimo de determinação (CUNHA et. al., 2013). De acordo com Harvey (1980, 171) “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele”.

A expansão da mancha urbana não se dá somente pelo espraiamento da urbanização, mas em pontos que são ligados pelas vias de acesso e deslocamentos demográficos (BRITO; SOUZA, 2005). Villaça (1998, 23) reforça que “uma terra jamais poderá ser considerada urbana se não for acessível”, porém uma via não promove crescimento e/ou desenvolvimento urbano sozinha. As ferrovias geram crescimento urbano nos núcleos das estações, onde o acesso se efetiva, já nas vias

regionais o crescimento é mais disperso e pode se dar em qualquer local. Há uma ligação entre crescimento físico das cidades e vias de transporte. As vias regionais são importantes para os fluxos populacionais e provocam expansão urbana por suas extensões. As vias e os transportes expandem o acesso aos espaços, e a acessibilidade às localizações é superior à infraestrutura.

A aliança entre os interesses imobiliários e o desenvolvimento de transportes é antiga e variada (VILLAÇA, 1998, 280). O governo não foi o principal agente de expansão de serviços de ônibus, e sim os empresários particulares, muitos deles especuladores imobiliários (CALDEIRA, 2000). Nas regiões onde se concentram e se segregam os grupos sociais de maior renda, o espaço é produzido para o uso de automóveis e consumido pelos mesmos. Já nos outros espaços da cidade, o que impera é a produção para o transporte público (VILLAÇA, 1998).

A parcela da sociedade que é fadada a morar longe dos centros urbanos e utilizarem os meios mais desconfortáveis de deslocamento para trabalhar e/ou estudar são consideradas por Harvey (1980) a camada popular mais prisioneira do espaço. Conforme Caldeira (2000), a utilização de ônibus é um dos elementos que permitem a percepção da segregação atual. A distância das linhas que atendem a periferia até o centro gera maior pendularidade e menor qualidade de vida. A distância é sinônimo da soma do tempo de todos os deslocamentos, custos e constância para todos os integrantes da família. (VILLAÇA, 1998).

Os fluxos migratórios para as regiões mais pobres geralmente são mais semelhantes, ao contrário dos fluxos para as regiões mais ricas que são mais desarmônicos. A reprodução da população mais pobre é indispensável nas áreas com terrenos mais estimados, para prestarem serviços e trabalharem no comércio, suprindo assim as necessidades das famílias de renda mais alta (BRITO; SOUZA, 2005). A partir da década de 1970, as ocupações espontâneas passaram a fazer parte da organização territorial metropolitana, preferencialmente próximo aos subempregos, que são ofertados pelas famílias que estão concentrados em áreas mais nobres, pois são dependentes das ofertas de emprego de famílias ricas. (VILLAÇA, 1998).

Neste sentido, este capítulo buscou apresentar algumas das principais bibliografias que retratam sobre a cidade, especialmente sobre a produção do espaço, a segregação socioespacial e as migrações nas regiões metropolitanas para

entender com mais clareza a situação do município de Serra, que será discutido com maior profundidade a partir dos próximos capítulos.

2. BREVE ANÁLISE SOBRE A RMGV E O MUNICÍPIO DE SERRA

2.1. Crescimento urbano de Serra no contexto da RMGV

Os investimentos nacionais, a partir da década de 1970, fizeram com que o estado do Espírito Santo crescesse, tanto industrial quanto urbanisticamente. Esses investimentos foram estimulados essencialmente pelos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), que tinham como base o complexo mina-ferrovia-porto e a ampliação do plantio de eucalipto com a meta de reparar a desigualdade entre os mercados regionais e atingir o mercado internacional (SIQUEIRA, 2009). Algumas das indústrias que tiveram maior importância para alavancar a economia na época foram construídas nesta mesma década, como a Aracruz Celulose, atual Fibria, localizada em Aracruz, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, localizada em Vitória, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual Arcelor Mittal Tubarão, localizada em Serra e Vitória, entre outras (DOTA; FERREIRA, 2017).

Desta forma, Serra, que já estava incluída no processo de formação do aglomerado urbano da Grande Vitória, deu suporte não só para o desenvolvimento de atividades industriais, mas também como base para a fixação de moradias da população com menores rendimentos e reprodução da força de trabalho (GONÇALVES, 2010), Cariacica também teve o mesmo papel dentro da RMGV, e esses dois municípios serviram como um alongamento da periferia urbana (SIQUEIRA, 2001; ABE, 1999).

A partir da década de 1970 até meados da década de 80, partes extensas do território serrano foram parceladas em forma de loteamentos, ora legalizados pela Prefeitura Municipal de Serra (PMS), ora sem nenhum aparato legal, acarretando numa distribuição dispersa dos mesmos pelo território (GONÇALVES, 2010).

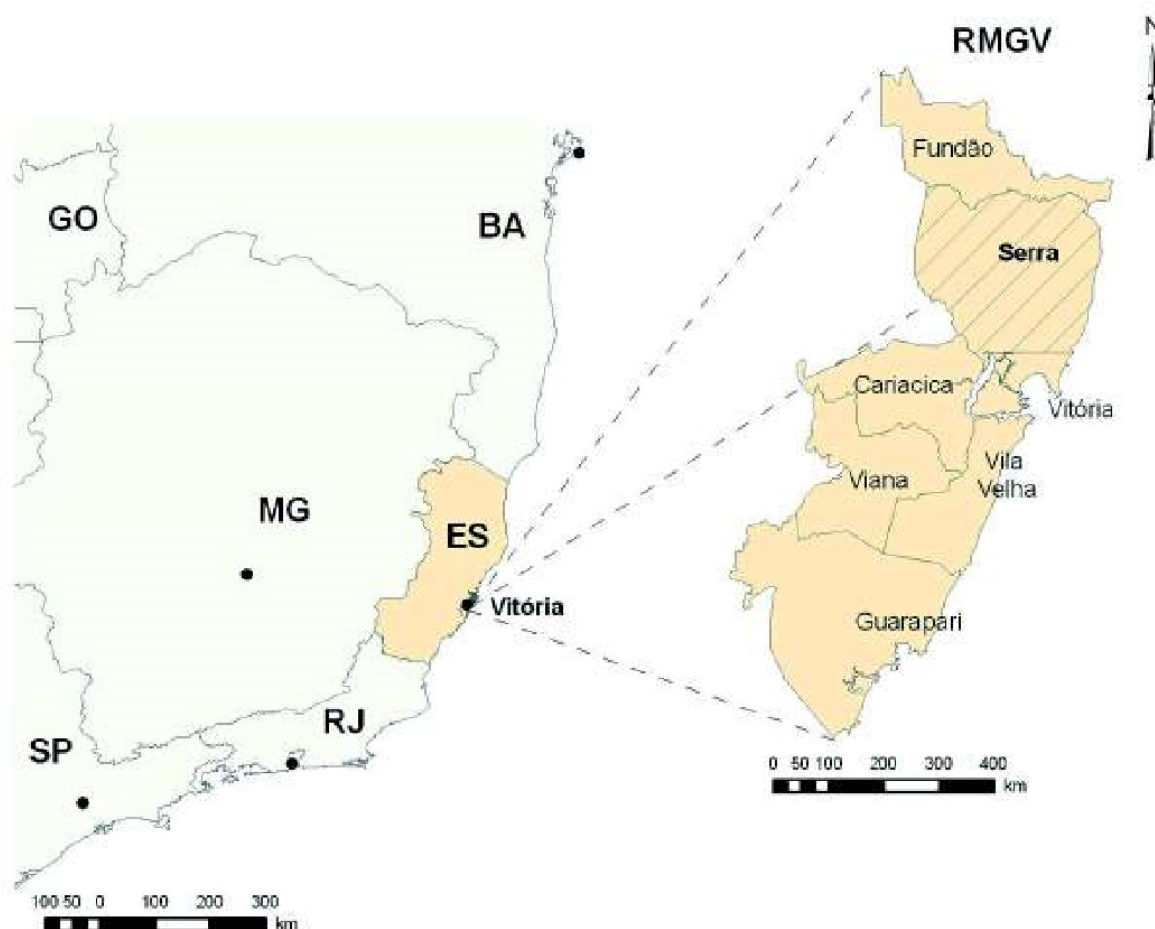
A década de 1980 foi marcada por investimentos no comércio e na indústria na capital capixaba (CASTIGLIONI, 2009), e com isso a demanda de mão de obra aumentou, atraindo imigrantes que tinham o objetivo de oferecer sua força de trabalho, e então o perfil de Vitória se tornou urbano, passando a ter 64,2% da população com residência fixa em áreas urbanas (SIQUEIRA, 2009).

Devido a sua infraestrutura e centralidade econômica e política, Vitória já vinha perdendo um grande número de seus cidadãos por meio da emigração desde a década de 1980, fenômeno este, que é constatado em outras capitais do país, que por serem mais conhecidas, recebem a maior quantidade de imigrantes interestaduais e intraestaduais, que se redistribuem posteriormente para os municípios vizinhos. Correa (1989) explica que o elevado custo habitacional, seja através da compra ou aluguel do imóvel e, em alguns casos, assuntos vinculados ao trabalho, condiciona os imigrantes a buscarem municípios próximos a capital, porém que ofereçam condições rentáveis para se instalarem.

Enquanto Vitória dispersava parte de sua população, entre as décadas de 1960 a 80, Serra se destacou entre os demais municípios da RMGV em relação à atratividade migratória. Alguns dos motivos para tal crescimento demográfico foram os investimentos por parte da indústria, com a instalação do Centro Industrial da Grande Vitória I e II (CIVIT I e II), o porto de Praia Mole, a CVRD e a CST, e por parte dos empreendimentos imobiliários no ramo habitacional, sediando a maior quantidade de habitações produzidas pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES) e pela Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo (COHAB-ES) (SILVA, 2014, DOTA; FERREIRA, 2017).

Em 1995 os municípios de Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha e a capital Vitória, constituíram a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a partir da Lei Complementar estadual nº 58, de 21 de fevereiro de 1995. (ALMEIDA, 2009; CASTIGLIONI, 2009; DOTA, 2016). Os municípios de Guarapari e Fundão foram inseridos apenas em 1999 e 2001, respectivamente, compondo assim a atual RMGV (Figura 01).

Figura 01: Localização do município de Serra na RMGV



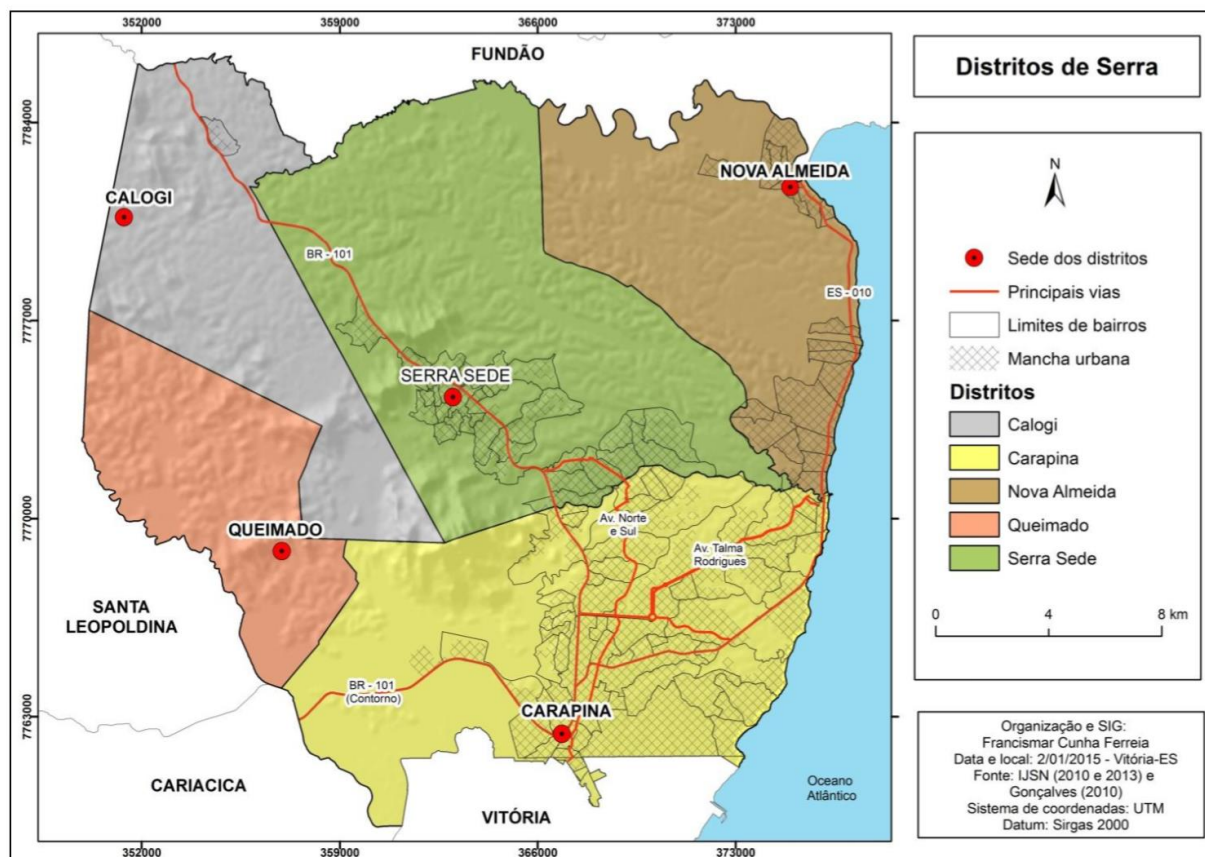
Fonte: CAMPOS JÚNIOR; GONÇALVES, 2009.

Dentro da RMGV, o município de Serra faz fronteira com os municípios metropolitanos de Vitória e Cariacica ao sul e Fundão ao norte, limitando-se a leste com o oceano atlântico e a oeste com o município de Santa Leopoldina.

A topografia plana na porção oriental do município serrano favoreceu a ocupação urbana nesta região, que cresceu acompanhando os eixos viários que se ligavam com outros territórios, englobando os distritos de Carapina, Nova Almeida e Serra. (GONÇALVES, 2010; AZEVEDO, 2000; NASCIMENTO, 2017).

O município atualmente é dividido administrativamente por cinco distritos, sendo eles, Calogi, Carapina, Nova Almeida, Queimado e Serra Sede, conforme a figura 02. O distrito de Carapina retém a maior parte da mancha urbana que se espalha pelo distrito de Serra Sede e, pelo litoral, até o distrito de Nova Almeida. (GONÇALVES, 2010; NASCIMENTO, 2017).

Figura 02: Divisão distrital de Serra



Fonte: FERREIRA, 2015.

Os núcleos urbanos surgiram e se desenvolveram de forma espaçada e desconexa, formando grandes vazios urbanos dentro do município (AZEVEDO, 2000). Essa tipologia de ocupação favoreceria, nas décadas posteriores, a expansão do mercado imobiliário que, conforme Kowarick (1979) e Correa (1989), se aproveitaria de grandes glebas de terra com baixo custo, muitas vezes servidas de infraestrutura custeadas pelo poder público, para obtenção de maior lucro com o assentamento de novos loteamentos e empreendimentos.

A partir de meados da década de 1970, devido à grade expectativa que a industrialização proporcionava, Serra passou por um período de acelerado crescimento de sua malha urbana. Na produção do espaço urbano, acentua-se a participação que os loteamentos tiveram neste contexto, pois deles surgiram inúmeros bairros no município de Serra. Levando em consideração o número de loteamentos aprovados pela PMS, só entre os anos de 1975 e 1979 foi concedida a aprovação de 52 loteamentos (GONÇALVES, 2010), número bastante notório se levarmos em conta que este montante indica 70% de todos os loteamentos

aprovados entre os anos de 1970 a 2007. A partir da homologação da Lei Federal nº 6.766, de 1979, que implicou em um processo mais exigente para aprovações de novos parcelamentos do solo urbano, o município de Serra, assim como foi visto em todas as cidades brasileiras, apresentou um decréscimo de loteamentos. Esta lei serviu para conter os parcelamentos sem infraestrutura básica e dispersos de núcleos urbanos, que vinham acontecendo até então, como os bairros de Belvedere e Cidade Nova da Serra que ficam a norte do município e Parque Residencial Nova Almeida, no litoral norte. Mesmo com o mínimo de infraestrutura e distando dos grandes aglomerados urbanos, são nestes loteamentos que grande parte dos imigrantes encontram condições para se fixarem.

Outra maneira que a população financeiramente desprovida encontrou para fixar moradia foi por meio dos parcelamentos ilegais, ocupando em sua grande maioria áreas ambientalmente frágeis, sujeitas a inundações ou com declividade muito acentuada (DUARTE, 2008), que deram origem a vários bairros como Central Carapina, Jardim Carapina, Vila Nova de Colares, Boa Vista e Cantinho do Céu. Predominando no território a autoconstrução, que é uma forma de produção de residências, onde a força de trabalho é suprida pelo próprio proprietário do imóvel.

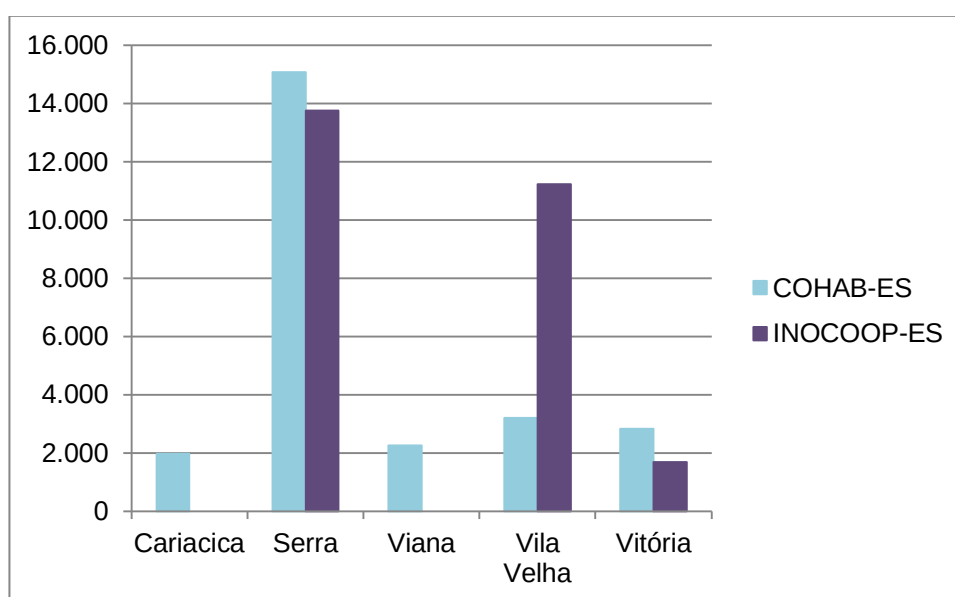
Os loteadores imprimiram uma lógica para a ocupação dos espaços urbanos que pode ser entendida quando se analisa espacialmente o modo de distribuição dos loteamentos em cada período. Até o ano de 1970, a maioria dos loteamentos aprovados se concentrava no litoral como um todo e na parte sul do município, nas proximidades da capital. São exemplos desta época os bairros Novo Horizonte e Jardim Limoeiro. Na década de 1970, foram implantados loteamentos por todas as direções evidenciando-se os bairros no entorno de Serra-Sede e as proximidades de Jacaraípe. Se na década de 1970, a quantidade de aprovações de novos loteamentos foi exacerbada, em 1980 desacelerou, demonstrando um tímido crescimento a partir dos anos de 1990.

Este cenário criado a partir do grande volume de parcelamentos do solo aprovados ao longo da segunda metade do século XX permitiu que o Estado participasse de forma concreta na promoção de moradias no município, por meio da COHAB-ES e do INOCOOP-ES, que se diferenciavam devido ao perfil do mercado consumidor. A primeira atendia famílias com rendimentos mensais que chegavam até cinco salários mínimos, que era voltado para uma produção de interesse social,

já a segunda, por sua vez, atendia um público que tinha renda mensal entre cinco e 10 salários mínimos (DUARTE, 2008).

No período compreendido entre os anos de 1968 e 1986, foram implantadas aproximadamente 29 mil unidades residenciais, divididas em 25 conjuntos habitacionais em Serra, que sediou mais de 60% dos lançamentos deste tipo de empreendimento na RMGV (Gráfico 01).

Gráfico 01: Número de habitações produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES na Grande Vitória até 1986



Fonte: COHAB-ES e INOCOOP-ES *apud* GONÇALVES, 2010.

O gráfico apresenta a importância que o município de Serra teve, dentro do cenário metropolitano, para implantação e construção de empreendimentos tanto da COHAB-ES quanto do INOCOOP-ES, sendo o município que mais recebeu estes investimentos. A atuação destas duas empresas, até os anos de 1986, no município de Serra propiciou uma ocupação massiva de seu território.

Se anteriormente à década de 1970, a produção se voltava para a capital, com 853 unidades produzidas, contra somente 76 em Serra e até a primeira metade da década de 1970, a produção da COHAB-ES se voltou mais para Vila Velha, Cariacica e Vitória, foi a partir da segunda metade da década de 1970 e principalmente da década de 1980 que o município de Serra passa a receber os maiores investimentos da COHAB-ES, culminando com o maior número de unidades

produzidas (12.224) ao longo de 20 anos, seguido por Vila Velha com 3.592 unidades (FERREIRA, 2015), diferença que pode ser percebida no gráfico 01.

Quando são tratados os investimentos em produção habitacional por parte do INOCOOP-ES, nota-se que eles foram voltados somente para os municípios de Vila Velha, Vitória e Serra. Tais investimentos também se mostraram maiores para o município de Serra a partir da metade da década de 1970, quando a importância do município no âmbito regional é intensificada com a implantação de setores industriais e um aumento na migração. Foram produzidas em Serra, entre os anos de 1970 e 1986, um total de 13.756 unidades habitacionais, seguido por Vila Velha com 11.305 e Vitória com 1.775 unidades cada (FERREIRA, 2015), diferença que também é notada no gráfico 01.

Diversos bairros foram originados a partir dos conjuntos desenvolvidos pelo INOCOOP-ES, como exemplos podem ser citados Barcelona, Eldorado, Mata da Serra, Parque Residencial Laranjeiras, Porto Canoa e Serra Dourada I, II e III. Todos estes bairros apresentam melhor infraestrutura, concentrando uma população com rendimentos médios mais elevados.

Com uma distribuição espacial mais dispersa, os conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-ES se fixaram, ora nos limites com Vitória, como os bairros Carapina I, Eurico Salles e Hélio Ferraz, ora localizados na porção central, próximos a Serra-Sede, como os bairros Planalto Serrano e São Judas Tadeu.

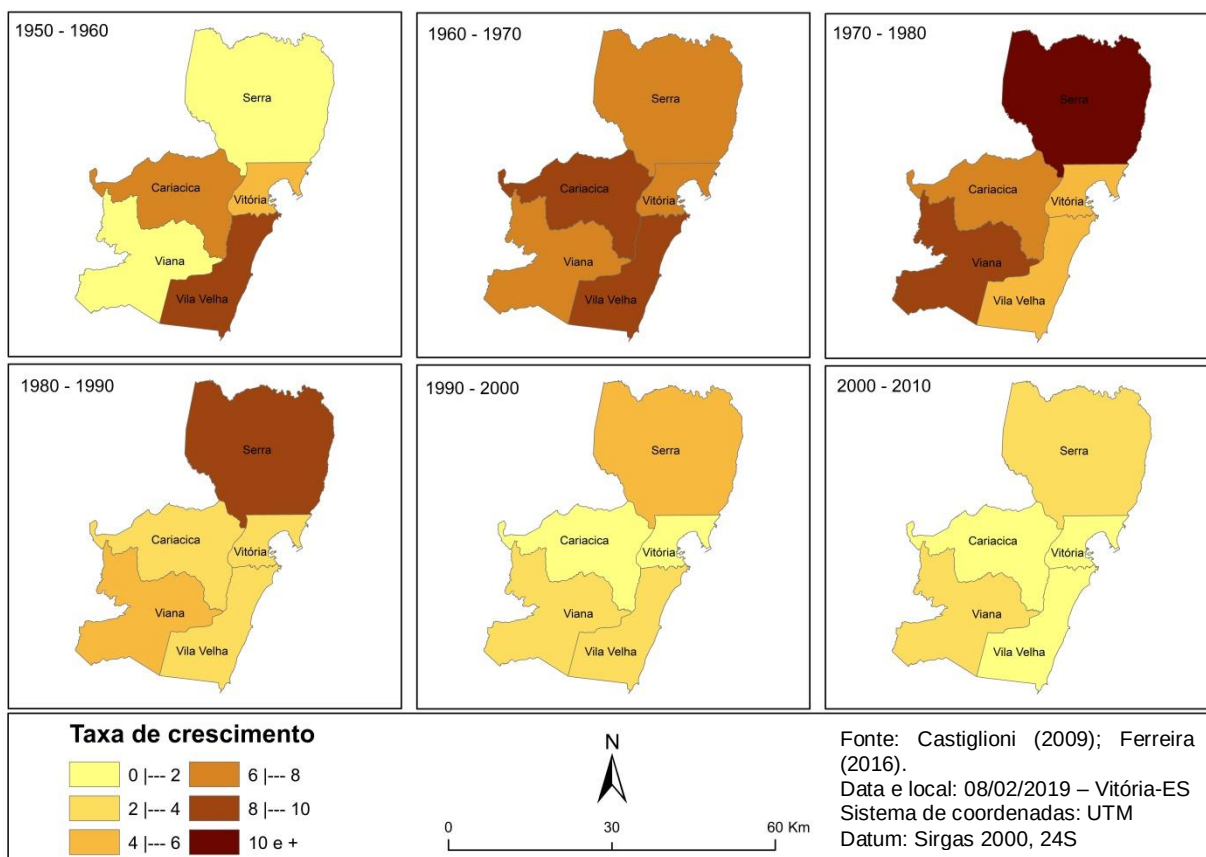
A partir da década de 1990, todo o estado passou por uma redução no volume de construção e edificações, como efeito da crise no Banco Nacional de Habitação (BNH). No município de Serra, a falência da COHAB-ES acarretou problemas para conclusão de algumas de suas últimas obras em conjuntos habitacionais nos bairros de Feu Rosa e Planalto Serrano, que, como consequência, foram ocupados espontaneamente com as obras inacabadas (GONÇALVES, 2010). Apesar da diminuição no volume de investimentos imobiliários e do crescimento demográfico, Serra prosseguiu mantendo o maior saldo migratório da RMGV, que será discutido mais adiante.

2.2. Aspectos sociodemográficos

Em contraponto aos demais municípios da Grande Vitória, Serra apresentou um crescimento urbano relacionado à industrialização capixaba que se desenvolveu a partir da década de 1970.

Entre os anos de 1950 a 1960, os municípios de Cariacica, Vila Velha e Vitória concentravam a população suburbana. Serra e Viana mantinham características rurais, que vieram a mudar a partir da década de 1960, quando se inseriram na expansão de Vitória, enquanto os três primeiros municípios citados apresentavam um decréscimo em suas taxas. Entre os anos de 1970 e 80, Serra teve um crescimento populacional intensificado, com uma taxa de crescimento próxima a 17%, já a capital atingiu as menores taxas do conjunto. Nas duas últimas décadas do século XX, houve uma redução nas taxas, mas apesar disso Serra continuou apresentando o maior crescimento não só dentro da RMGV, mas como em todo o estado (CASTIGLIONI, 2009). Entre os anos de 2000 a 2010, Serra permaneceu na liderança com uma taxa de crescimento de 2,5%, como podemos analisar no mapa 02, toda a evolução do incremento populacional na Grande Vitória.

Mapa 02: Taxas médias geométricas de incremento anual da população dos municípios da Grande Vitória (%) - 1950 a 2010

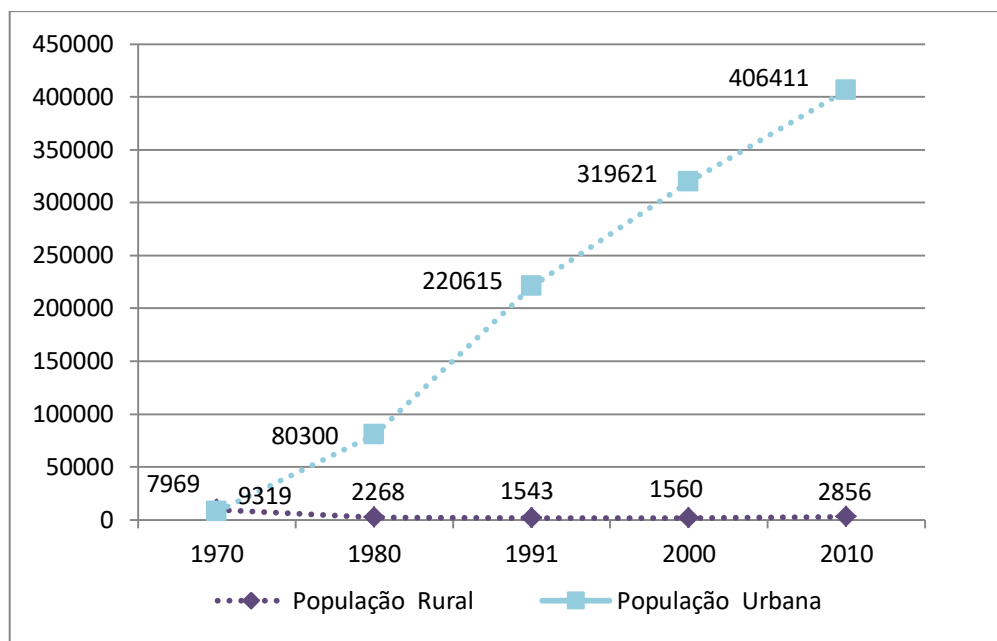


Fonte: CASTIGLIONI (2009); FERREIRA (2016).

Serra abrigava em 1960 uma população de 9.192 habitantes, que residiam em sua maioria (60%) na sua zona rural. A cerca de 30 quilômetros do centro da capital Vitória, uma população com aproximadamente 1.500 habitantes se concentrava ao redor do núcleo sede do município de Serra, iniciando uma modesta urbanização. Na localidade de Nova Almeida, no litoral norte de Serra, também residiam em torno de mil habitantes e o restante da população urbana se distribuía nas vilas de Calogi, Carapina e Queimados, configurando de forma esparsa e com frágil integração o espaço urbano serrano.

Em 1970, foram implantados no município de Serra, especificamente no distrito de Carapina, uma parcela do complexo da CVRD, a CST, e o CIVIT (setores I e II) (NASCIMENTO, 2017). A maioria da população na época vivia nas áreas rurais e viam os investimentos industriais na cidade como uma oportunidade. A expectativa de melhoria de vida através do emprego foi a principal causa que atraiu as pessoas para o centro urbano, pois no campo o trabalho estava escasso. Vitória e os municípios limítrofes atraíram muitos imigrantes com esse perfil (SIQUEIRA, 2009).

Serra vinha acompanhando todo o investimento por parte das indústrias que se instalavam na Grande Vitória, recebendo influência até mesmo de empreendimentos que não estavam sendo instalados dentro do seu limite físico, que propiciou o município a experimentar um forte crescimento demográfico, multiplicando sua população urbana por 40, em apenas 30 anos, por outro lado a população rural diminuiu consideravelmente (NASCIMENTO, 2017). Alcançando em 2010, 409.267 habitantes, sendo que 406.450 (99,3%) se encontravam em área urbana e somente 2.817 (0,7%) residiam na área rural, como pode ser observado no gráfico 02.

Gráfico 02: População rural e urbana residentes de Serra entre 1970 a 2010.

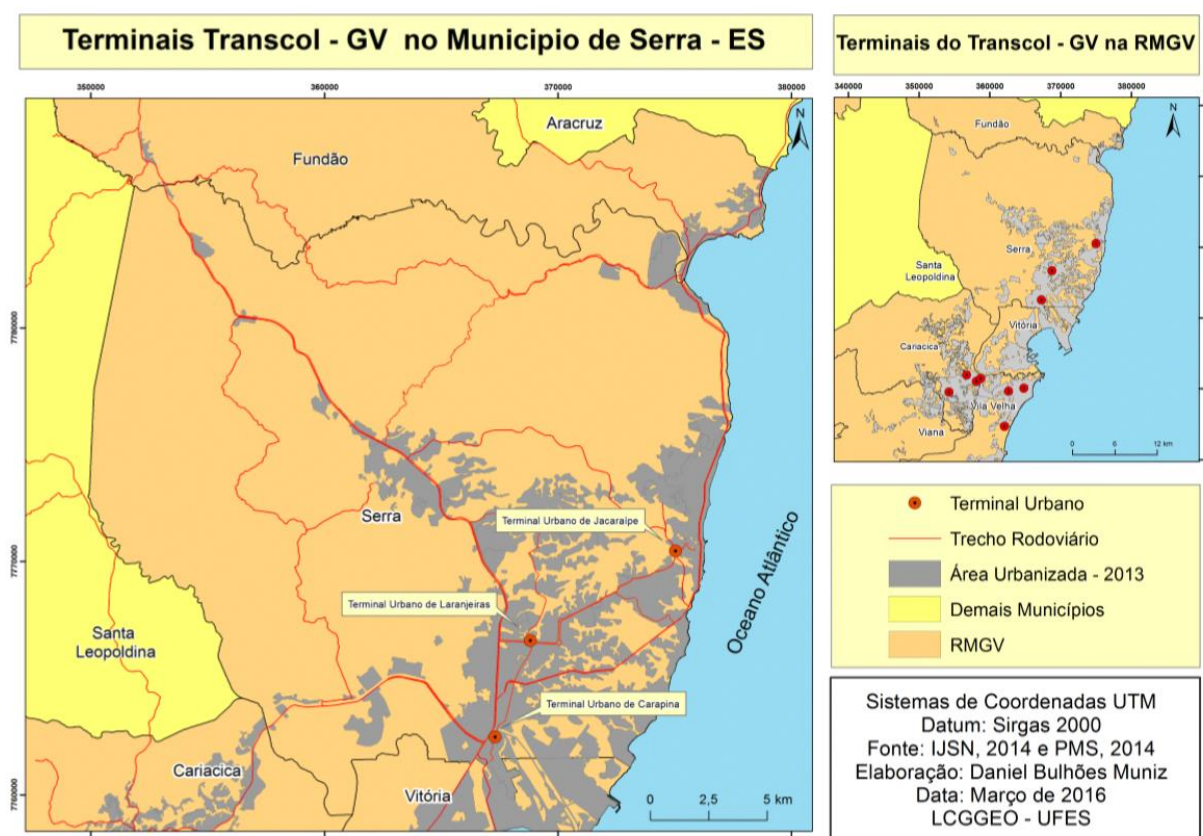
Fonte: IBGE 1970 a 2010.

Da evolução de aglomerados urbanos diminutos que apresentavam baixa conexão, aflorou de forma horizontalizada e intercalada uma extensa paisagem urbana, que mescla a diversidade de usos urbanos da cidade como, bairros populares e setores industriais e de serviços recortados por vazios urbanos, acompanhando, conforme defende Villaça (1998), os eixos viários de maior relevância estadual (ES 010) e federal (BR 101), que perdurou até a metade da década de 1980. A atuação de determinados agentes sociais promotores de urbanização, como apresentados por Correa (1989), se inserem neste processo. O Estado que opera de maneiras e escalas diferentes, por vezes atuando como produtor industrial e como promotor imobiliário, os proprietários fundiários e também os grupos sociais excluídos que sobrevivem na cidade ocupando áreas ambientalmente frágeis e periferias distantes e desvalorizadas (GONÇALVES, 2007).

A mobilidade entre os municípios que constituíram a RMGV se tornou mais expressiva a partir do início da década de 1990, influenciado parcialmente pelo investimento em nível regional que foi à implantação, no final da década de 1980, do sistema de transporte integrado da Região da Grande Vitória (Transcol), que contava com tarifa única nos transportes coletivos em um sistema tronco-alimentador, com terminais de integração que potencializou a articulação entre os municípios e a mobilidade intrametropolitana da Grande Vitória (ABE, 1999; SILVA,

2014). No momento, a RMGV possui dez terminais rodoviários urbanos, e Serra abriga três deles, que abrangem 90% das áreas urbanizadas da cidade (Figura 03). O primeiro Terminal rodoviário urbano a ser implantado na RMGV foi o de Carapina no bairro Manoel Plaza, em Serra, no ano de 1989. Em 1990, foi inaugurado o Terminal rodoviário urbano de Laranjeiras, nas imediações do bairro Parque Residencial de Laranjeiras. Somente em 2008 o Terminal de Jacaraípe foi inaugurado, apresentando uma característica distinta dos demais, este terminal além de servir os bairros de Serra, também possui linhas que servem o distrito de Praia Grande, em Fundão (MUNIZ, 2016).

Figura 03: Localização dos Terminais Transcol em Serra.



Fonte: MUNIZ, 2016.

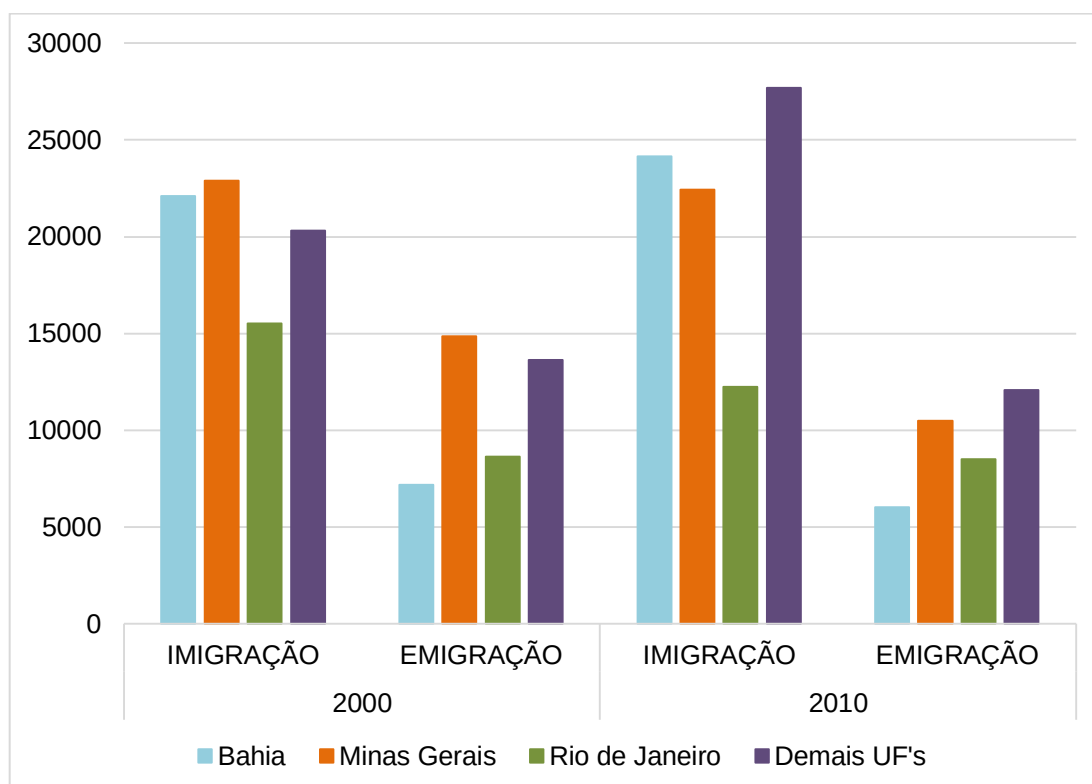
A segunda metade dos anos de 1990 também foi expressiva para o Estado. Conforme Baeninger (2011), a capacidade de retenção da população, com base na análise do Índice de Eficácia Migratória¹ foi a segunda maior da região Sudeste, apresentando 0,15, ficando atrás apenas de São Paulo, com 0,16.

¹ O índice de Eficácia Migratória é calculado da seguinte forma: $(\text{Imigração} - \text{Emigração}) / (\text{Imigração} + \text{Emigração})$ e o resultado varia de -100 a 100, apresentando a diferença relativa entre os ganhos e perdas

Neste período o volume migratório diminuiu em todas as modalidades, motivado pela redução da taxa de fecundidade, que vem ocorrendo não só no Espírito Santo, mas como em todo o país (DOTA; FERREIRA, 2017) e, apesar do crescimento demográfico ter diminuído, Serra continuou mantendo o maior saldo migratório da região e poder de atração migratória (SILVA; 2014).

No que se refere às trocas migratórias da RMGV com outros estados brasileiros, notou-se um acentuado incremento nos ganhos populacionais. É importante salientar que as trocas interestaduais se dão, principalmente, com os estados vizinhos ao Espírito Santo. DOTA (2016) explica que isso está associado à relação de vizinhança que é estabelecida através de redes de negócios, migratórias e sociais. Desta forma Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram trocas migratórias exponencialmente significativas quando comparados às outras unidades federativas, conforme observado nos dados dos Censos Demográficos referentes às últimas trocas migratórias, tanto para Serra, como para toda a RMGV (Gráfico 03).

Gráfico 03: Números absolutos de migrantes interestaduais na RMGV nas décadas de 2000 e 2010, com ênfase nos estados limítrofes ao Espírito Santo.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Tabulações especiais Laburp/UFES.

populacionais por meio da migração de um determinado local e um período de tempo definido. Para mais, ver Baeninger (2000).

Na década de 1990, conforme o gráfico 03 houve um enfraquecimento da contribuição migratória de Minas Gerais, enquanto Bahia, Rio de Janeiro e demais estados aumentaram sua contribuição. Nos anos 2000, aumentou o número de imigrantes vindos das demais Unidades da Federação (UF's) que não são limítrofes ao Espírito Santo e Bahia passou a ser o estado com maior número de imigrantes que tiveram como destino a RMGV. Em relação à emigração interestadual na RMGV, os números se mantiveram nas duas últimas décadas, com moderadas alterações.

A economia do Estado, nos anos 2000, alcançou relevância a nível internacional, se comparando a nacional ou até mesmo superando, devido às medidas políticas adotadas pelo governo, tendo como foco a economia globalizada, onde buscava aproximação com investidores internacionais a fim de conquistar novos mercados de exportação. Como consequência, o modelo econômico enfraquecido que vinha sendo adotado em décadas anteriores, exclusivamente agrícola, foi substituído a partir da adoção, por parte do estado, de uma postura industrialista e exportadora de *commodities*, como os produtos agrícolas, minerais siderúrgicos e petróleo e gás natural, sendo estes dois últimos uma das recentes descobertas na plataforma continental (SILVA, 2014), que segundo Rigotti (2012) ocasionou a conversão das perdas populacionais, que vinham sendo observadas, em positivos saldos migratórios.

Por consequência da expansão do mercado e da oferta de empregos, foi atraída uma população interessada nos novos postos de trabalho e na possibilidade de ascensão social. Com a chegada deste contingente, a dinâmica espacial da RMGV foi afetada, pois com o crescimento populacional também cresceu a demanda por moradia. Porém, os novos empreendimentos habitacionais que foram lançados se diferenciavam dos anos anteriores devido ao padrão construtivo, para atender aos anseios de uma população que havia ascendido economicamente. Nos anos anteriores, a produção de habitação era voltada para atender a um grupo de trabalhadores que oferecia mão de obra com baixa qualificação e dependiam de subsídios governamentais para financiarem suas casas.

Os anos 2000 foi marcado por uma ascensão social de uma parcela da população tanto local quanto imigrante, o que fez alterar perfil social da população que passou a demandar por novos produtos imobiliários com qualidades superiores, tal fato impulsionou a ação de incorporadoras na produção de condomínios fechados

de alta densidade para esta nova classe. Com o objetivo de alcançar maiores lucros, os promotores imobiliários investiam em terrenos de baixo custo, em sua maioria localizados em áreas periféricas, em relação a Vitória, contudo que contavam com infraestrutura urbana, provocando uma valorização imobiliária (SILVA, 2014).

Este período foi marcado pelo aumento do número de imigrantes interestaduais na RMGV, todavia a migração intrametropolitana decresceu influenciada pela diminuição na taxa de fecundidade geral, que em 2005 baixou para 1,91 no Espírito Santo, ficando aquém do nível de reposição das gerações, segundo Castiglioni (2009). Dota; Ferreira (2017) salienta que este fenômeno vem ocorrendo, não só no Espírito Santo, mas em todo o país. A tabela 02 apresenta um panorama geral das migrações na RMGV, com os números absolutos dos migrantes nacionais, separados em três modalidades, na década de 2000. Destaca-se a participação de Serra, que obteve ganhos notáveis em relação aos demais municípios, não apenas nos dados de 2010, mas também nos dados dos Censos Demográficos anteriores, aqui não apresentados.

Tabela 02: Imigrantes, emigrantes e trocas migratórias, em números absolutos, da RMGV em 2010.

	Interestadual			Intraestadual			Intrametropolitana		
	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas
Cariacica	9305	2156	7149	14427	13342	1085	8979	10777	-1798
Fundão	754	165	589	2148	976	1172	1172	480	692
Guarapari	7596	3308	4288	4698	3207	1491	2568	1749	819
Serra	27040	4226	22814	21262	11259	10003	13277	7532	5745
Viana	2118	291	1827	5558	2763	2795	4269	2292	1977
Vila Velha	24483	6841	17642	17525	13017	4508	10998	9534	1464
Vitória	15236	20056	-4820	16088	26387	-10299	7543	16442	-8899

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010. Tabulações especiais Laburp/UFES.

Evidenciam-se os saldos negativos de Vitória e sua relação com a mobilidade pendular na RMGV. A capital concentrava 57,9% dos postos de trabalho de toda a RMGV (IBGE, 2010), originando uma volumosa quantidade de movimentos pendulares, que permite aos moradores metropolitanos obterem trabalho e renda, oportunidades, produtos e serviços em municípios distintos às cidades onde residem que, muitas vezes, não disponibilizam da mesma quantidade ou qualidade das ofertas que a metrópole oferece. Apesar das possibilidades aumentarem para os residentes das regiões metropolitanas a partir dos curtos

deslocamentos, quanto maior é a pendularidade, ou seja, a distância percorrida entre as linhas que servem a periferia e as ligam até o centro, menor é a qualidade de vida (VILLAÇA, 1998).

Tratando novamente de Serra, é importante destacar que, entre os anos de 2000 a 2010, o município apresentou um crescimento de 27,43% de toda a sua população, ocupando o primeiro lugar entre os mais populosos dentro do estado, e conta com 502.618 habitantes residindo no município (MACHADO, 2017).

Uma característica da população de Serra, conforme o Censo de 2010, é que a população feminina (207,852 habitantes) é maior que a masculina (201,415 habitantes), sendo que a proporção que se encontra em faixa etária ativa (15-64 anos) corresponde a 70,4% (288,016) desta população total. A parcela de habitantes que se encontra na faixa de jovens e os que estão acima de 65 anos representam respectivamente 25,1% (102,787) e 4,5% (18,464) (SHAEFFER, 2013). Com base no exposto na tabela 03 abaixo, que apresenta os dados da população residente de 2000 e 2010 relacionando com os naturais e não naturais é perceptível que a maioria da população serrana de não naturais são originárias do próprio estado, seguida pela população proveniente dos estados vizinhos.

Tabela 03: População residente em Serra e População não natural de Serra, segundo o lugar de nascimento (2000 – 2010).

Ano	População total	Não naturais de Serra	Não naturais de Serra (%)	Estado de nascimento				
				Bahia (%)	Minas Gerais (%)	Rio de Janeiro (%)	Espírito Santo (%)	Outros (%)
2000	321.181	207.339	64,56	8,69	15,88	3,14	32,46	4,28
2010	409.267	267.122	65,27	9,3	13,33	2,71	34,13	4,95

Fonte: NASCIMENTO, 2017. Adaptado pela autora.

Nota: As diferenças entre a soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Nos anos 2000, no grupo de “não naturais” nascidos fora do Espírito Santo, o estado de Minas Gerais ocupava o primeiro lugar, seguido por Bahia e Rio de Janeiro respectivamente. Em 2010 se mantiveram os mesmos estados que mais contribuíram em 2000, ou seja, os limítrofes, contudo vale destacar que Bahia e outros estados aumentam sua participação, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram uma pequena baixa (NASCIMENTO, 2017). Reafirma-se aqui a importância dos estados limítrofes para estabelecimento de redes migratórias,

sociais e econômicas, como afirmado por Dota (2016) e apresentado no gráfico 03, para toda a RMGV.

Ao longo deste capítulo buscou-se apresentar uma breve análise sobre a RMGV e o município serrano e os fatores que propiciaram a ocupação urbana em Serra, principalmente na porção oriental de seu território que gerou uma mancha urbana desconexa e extensa, e foi produto de um mercado imobiliário em ascensão e também da subsistência de uma população com menores rendimentos, onde o município apresentou grandes ganhos populacionais em relação aos demais da RMGV, desde a década de 1970. E como pôde ser observado neste capítulo, a RMGV tornou a receber uma maior quantidade populacional nos anos 2000 e Serra, bem como nas outras décadas aqui mencionadas, foi o município com o maior número de imigrantes. E a partir disso essa pesquisa procurou investigar o perfil socioeconômico da população do município e as áreas que mais atraem a população imigrante dentro da cidade e causam a segregação socioespacial e os possíveis motivos para justificá-las.

3. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E MIGRAÇÃO NA CIDADE DE SERRA NOS ANOS 2000

Nesse capítulo serão tratados aspectos “sócio-econômico-demográficos” de forma a caracterizar a população residente no município de Serra, entre os anos 2005 e 2010, a fim de estabelecer um perfil da mesma, além de compreender fatores determinantes relacionados à produção do espaço segregado que influenciaram no destino e fixação de moradia da população imigrante, de acordo com a renda familiar, que optou por morar no município no período analisado.

3.1. Perfil socioeconômico dos residentes das APOND's em Serra

Investigar o perfil socioeconômico de uma população urbana é crucial para entender a formação do espaço de uma cidade, conforme Kowarick (1979), a distribuição espacial da população é reflexo da condição social dos mesmos. Portanto, neste subcapítulo serão apresentadas informações dos residentes de cada APOND de Serra quanto à escolaridade, ocupação e tempo de deslocamento para o trabalho, como forma de compreender melhor a configuração do espaço e, como efeito, a segregação socioespacial.

Em uma economia capitalista, o conhecimento é substancial para o progresso econômico e social dos cidadãos e das sociedades, sendo ele, o conhecimento, capaz de aumentar as oportunidades e condições para que o mercado de trabalho possa abarcar a mão de obra.

A migração é motivada, muitas vezes, por questões econômicas, dependendo do local e momento histórico que se passa, e um estudo sobre grau de escolaridade contribui a fim de proporcionar uma potencialização nos proveitos desses movimentos populacionais (CASTIGLIONI, 2009), não apenas tratando de oportunidades, bem como do crescimento do indivíduo na hierarquia institucional dentro de seu ambiente de trabalho (DOTA, 2015).

Com esse entendimento, serão analisados e discutidos dados levantados pelo Censo Demográfico de 2010, referente ao nível de escolaridade apresentado dentro de cada APOND analisada, subentendendo que a análise do grau de instrução que a pessoa atinge, possa condensar e melhor expor a característica de formação da população e área recenseada a fim de correlacionar com o tema proposto.

A seguir, serão apresentados na tabela 04 dados referentes ao nível de escolaridade que o recenseado frequentou, divididos por APOND's em quatro níveis de instrução, sendo que os dados de população com instrução não determinada foi retirado da tabela para melhor comparação entre os demais níveis.

Tabela 04: Escolaridade dos residentes por APOND em Serra (2005-2010)².

Áreas de Ponderação	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Castelândia 1	6,14%	4,84%	3,07%	1,30%
Castelândia 2	5,95%	7,47%	6,90%	5,40%
Novo Horizonte	4,11%	3,57%	2,57%	0,67%
Região Anchieta 1	5,97%	6,24%	5,17%	3,15%
Região Anchieta 2	6,44%	5,79%	4,04%	2,85%
Região Carapina 1	3,44%	4,60%	5,66%	4,39%
Região Carapina 2	6,29%	4,85%	5,14%	3,56%
Região Civit A1	3,56%	4,16%	5,01%	3,61%
Região Civit A2	2,22%	3,92%	5,72%	6,02%

² Esses dados foram respondidos por pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Unidades da Federação, os municípios e as áreas de ponderação, provenientes do Questionário da Amostra do Censo Demográfico de 2010.

Região Civit A3	4,80%	5,63%	7,26%	5,12%
Região Civit B	7,55%	6,69%	5,01%	1,77%
Região Laranjeiras 1	3,17%	4,96%	9,69%	27,16%
Região Laranjeiras 2	2,67%	3,12%	5,51%	7,45%
Região Praia I1	3,35%	3,13%	4,44%	6,26%
Região Praia I2	4,96%	4,84%	4,40%	4,43%
Região Praia II	4,67%	5,77%	6,96%	6,92%
Região Praia III	4,37%	4,26%	3,20%	2,89%
Região Serra A1	5,75%	3,64%	1,80%	0,59%
Região Serra A2	5,09%	4,20%	1,43%	0,95%
Região Serra B1	5,63%	4,69%	3,47%	3,70%
Região Serra B2	3,87%	3,64%	3,54%	1,80%
Total	154957	66215	101040	19080

Fonte: IBGE, 2010.

A tabela acima apresenta as APOND's com os níveis de instrução da população residente. Nela pode-se identificar as APOND's onde se encontram o maior contingente de pessoas com reduzido grau de instrução (Sem instrução e fundamental incompleto), entre elas se destacam as APOND's Região CIVIT B, Região Anchieta 2, Região Carapina 2, Castelândia 1, Região Anchieta 1, Castelândia 2, em ordem decrescente. Também é possível destacar as áreas que possuem pessoas com maior grau de instrução (Superior completo), sendo elas Região Laranjeiras 1, Região Laranjeiras 2, Região Praia II, Região Praia I1, CIVIT A2, Castelândia 2. Tratando das áreas com maior quantidade de pessoas com nível médio completo e superior incompleto, ressaltam-se as áreas de Região Laranjeiras 1, CIVIT A3, Região Praia II, Castelândia 2, CIVIT A2, Carapina 1, Laranjeiras 2, em ordem decrescente. E as áreas que mais possuem residentes com o ensino fundamental completo e médio incompleto são Castelândia 2, Região CIVIT B, Região Anchieta 1, Região Praia III, Região Praia II, Região Anchieta 2.

A APOND Região Laranjeiras 1 concentra a maior quantidade de pessoas com os dois maiores níveis de escolaridade e Castelândia 2 chama atenção por ser uma APOND mesclada em relação a escolaridade de seus residentes.

Conforme Nascimento (2017), na década de 2000, destaca-se um nível de escolaridade da população com ensino médio completo, predominantemente, fato não observado nos censos anteriores. Destaca-se também o aumento no nível de escolaridade de ensino superior completo, até mesmo a níveis pós-graduação, quando comparados aos Censos anteriores. Contudo, não se faz possível ainda analisar a segregação relacionada à migração no município de Serra, mais

precisamente nas APOND's, pois as considerações acerca do nível de escolaridade da população sugerem também uma análise meticulosa das ocupações da população analisada e qual atividade econômica eles exercem ou não. Portanto, a relação da população com sua atividade trabalhista e sua efetiva participação no mercado de trabalho e na economia serão tratados adiante.

A análise do tipo de ocupação trabalhista em que se enquadra a população pesquisada se dá a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 referentes às APOND's que são divididos em oito quesitos (Tabela 05). Este tipo de análise nos permite identificar a quantidade de indivíduos que estão inseridos de fato no mercado de trabalho e também a posição hierárquica ou tipo de atividade com relação ao nível de instrução, especializada ou não, que são características de cada profissão exercida pelos indivíduos.

Tabela 05: População ocupada segundo tipo de ocupação e ramo de atividade por APOND (2005-2010).

Áreas de Ponderação	Diretores/ Gerentes ³	Intelectuais ⁴	Nível Técnico ⁵	Adm* ⁶	Comércio ⁷	Agricultores/ Extrativistas ⁸	Operários ⁹	Outros ¹⁰
Castelândia 1	3,10%	1,83%	2,10%	4,00%	5,10%	5,36%	5,31%	5,43%
Castelândia 2	6,54%	6,54%	5,82%	7,22%	7,82%	8,54%	6,91%	6,61%
Novo Horizonte	1,62%	1,52%	2,33%	2,30%	2,69%	1,36%	6,06%	4,25%
Região Anchieta 1	4,05%	3,47%	4,50%	5,85%	5,11%	2,65%	6,03%	6,52%
Região Anchieta 2	4,33%	2,97%	3,83%	4,37%	5,97%	2,76%	6,22%	5,68%
Região Carapina 1	3,71%	5,72%	5,88%	6,04%	4,65%	0,43%	3,41%	4,29%
Região Carapina 2	4,69%	3,84%	3,77%	4,92%	5,40%	4,49%	6,29%	6,84%
Região Civit A1	2,83%	2,72%	4,59%	4,60%	5,00%	3,37%	3,89%	3,32%
Região Civit A2	5,12%	5,19%	5,66%	5,77%	4,32%	0,00%	2,79%	2,65%
Região Civit A3	7,78%	4,81%	6,21%	6,99%	5,75%	6,20%	5,61%	5,12%
Região Civit B	3,22%	1,78%	3,89%	4,79%	6,73%	1,32%	6,28%	6,88%
Região Laranjeiras 1	21,73%	24,13%	14,32%	9,32%	5,62%	0,00%	2,89%	4,48%
Região Laranjeiras 2	7,77%	7,46%	5,73%	5,69%	3,59%	0,82%	4,24%	3,38%

³ Refere-se aos profissionais que ocupam cargos de direção e gerência.

⁴ Refere-se aos profissionais das ciências e intelectuais.

⁵ Refere-se aos técnicos e profissionais de nível médio.

⁶ Refere-se aos trabalhadores de apoio administrativo.

⁷ Refere-se aos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.

⁸ Refere-se aos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.

⁹ Refere-se aos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.

¹⁰ Refere-se a quatro categorias que foram aqui agrupadas, sendo elas: operários de instalações e máquinas montadoras, ocupações elementares, membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares e ocupações mal definidas. Nessas atividades se encontram um menor número de trabalhadores, mas não menos importantes, que foram agrupados com o intuito de tornar os dados percentuais mais relevantes.

Região Praia I1	5,90%	6,80%	5,07%	3,50%	2,96%	7,62%	3,41%	3,40%
Região Praia I2	6,12%	4,16%	4,60%	2,87%	4,89%	9,21%	5,34%	4,32%
Região Praia II	3,43%	6,60%	7,72%	6,68%	6,46%	3,83%	5,46%	5,23%
Região Praia III	2,25%	2,99%	2,96%	2,29%	3,80%	14,40%	5,10%	3,28%
Região Serra A1	0,58%	0,57%	1,99%	1,57%	2,71%	1,31%	4,01%	4,60%
Região Serra A2	1,19%	1,61%	2,79%	3,08%	3,22%	21,56%	3,18%	4,15%
Região Serra B1	2,35%	3,24%	3,49%	4,24%	4,25%	3,44%	3,91%	5,33%
Região Serra B2	1,71%	2,07%	2,74%	3,92%	3,94%	1,36%	3,64%	4,25%
Total	7431	12165	15819	17194	38659	1508	32965	62899

Fonte: IBGE, 2010.

*Serviços administrativos.

A Região Laranjeiras 1 tem a maior quantidade de Diretores e Gerentes, Intelectuais e Nível Técnico, por outro lado é uma das áreas que possuem uma das menores quantidades de operários.

Ainda falando da Região Laranjeiras 1, é importante destacar que o número de Diretores e Gerentes (1.615) é discrepante em relação a Região CIVIT A3, que vem logo após com 578 residentes ocupados nessa atividade. Em relação aos Intelectuais, 2.935 profissionais residem na Região de Laranjeiras 1, chegando a ser 3 vezes maior que a Região de Laranjeiras 2, APOND que ficou em segundo lugar com 908 profissionais. Quanto o nível técnico, a Região de Laranjeiras 1 possui 2.266 residentes ocupados nessa atividade e a Região Praia II possui 1222, nesse quesito essas duas regiões apresentam resultados que se distanciam dos demais.

Nos serviços administrativos, as APOND's com maior quantidade de pessoas são Região Laranjeiras 1, Castelândia 2, Região CIVIT A3, Região Praia II e Região Carapina 1, em ordem decrescente. No que se refere as demais atividades apresentadas na tabela 05, é importante salientar que Castelândia 2 possui o maior número de pessoas ligadas ao comércio e Região Serra A2 é uma das áreas com menor quantidade de Diretores e Gerentes e Intelectuais, por outro lado é a APOND com maior número de residentes ligados atividades de Agricultura, extrativismo, enquanto Região Laranjeiras 1 e Região CIVIT A2 não possuem nenhum residente que exerce a atividade de Agricultura, extrativismo.

A APOND que mais concentra residentes ligados à atividade "Outros" é CIVIT B. Dota (2016) explica que as atividades relacionadas a "Outros" (ocupações mal definidas), via de regra, estão ligadas ao subemprego, ou seja, atividades precárias.

Diante da importância do trabalho como meio de reprodução social e suas relações com os deslocamentos da população, mostra-se necessário analisar a tendência dos movimentos populacionais para o trabalho na década de 2000. A tabela 06 mostra o tempo que os trabalhadores residentes de cada APOND gastam para se deslocarem em direção aos seus respectivos trabalhos.

Tabela 06: Tempo habitual de deslocamento para o trabalho dos residentes em Serra, segundo APOND (2005-2010).

Áreas de Ponderação	Até 5 minutos	De 6 minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
Castelândia 1	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Castelândia 2	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Novo Horizonte	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Região Anchieta 1	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Região Anchieta 2	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Região Carapina 1	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Região Carapina 2	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Região Civit A1	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Região Civit A2	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Região Civit A3	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Região Civit B	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Região Laranjeiras 1	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Região Laranjeiras 2	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Região Praia I1	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Região Praia I2	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Região Praia II	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Região Praia III	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Região Serra A1	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Região Serra A2	0,04	0,05	0,04	0,06	0,05
Região Serra B1	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Região Serra B2	0,06	0,05	0,03	0,02	0,01
Total	11 663	59 426	55 282	26 263	2 603

Fonte: IBGE, 2010.

Nas APOND's Região Laranjeiras 1 (974 residentes), Região Anchieta 2, (867 residentes) e Região Laranjeiras 2 (840 residentes) se encontram a maioria dos residentes que gastam até 05 minutos no trajeto para o trabalho. Uma característica importante dessas três áreas é que elas ficam bem próximas ao centro comercial de Laranjeiras, ao Terminal de Carapina e ao limite com o município de Vitória.

As APOND's que gastam de 06 minutos à meia hora para se deslocarem para o trabalho são Região Laranjeiras 1 em primeiro lugar, com 5.700 residentes, Região Anchieta 1, Região Anchieta 2, Castelândia 2, Região Laranjeiras 2 e Região Carapina 2, em ordem decrescente. Entre as áreas que gastam entre 30 minutos a uma hora em seus movimentos pendulares para o trabalho são Região Laranjeiras 1 (3.722), Castelândia 2 (3.876), Região Praia II (3.789), Região Carapina 2 (3.648), Região CIVIT B (3.467) e Região CIVIT A3 (3.251).

Castelândia 2 lidera, com 2.351 residentes, a população que gasta de uma a duas horas nos deslocamentos para o trabalho, seguido de Região CIVIT B com 1.862, Região Praia II com 1.807 e Região CIVIT A3 com 1.630 residentes. Já as APOND's Região Praia I1, Região CIVIT A3, Região CIVIT B possuem residentes que gastam mais de 02 horas nos movimentos pendulares, porém não apresentam um grande número de residentes com essa característica.

Muitas vezes, o grande tempo dispensado na pendularidade é gerado por longas distâncias que os trabalhadores percorrem com destino a outros municípios, e por vezes, em horários de intenso trânsito. De maneira geral, as tabelas 04, 05 e 06 mostram que a APOND Castelândia 2 apresenta uma diversidade, no que se refere a mobilidade pendular dos seus residentes, assim como apresentou no nível de instrução (escolaridade), na tabela 04. Já a Região Laranjeiras 1, apresentou os maiores níveis de instrução, maiores cargos de gerência, intelectuais e técnicos e menores tempos gastos nos movimentos pendulares.

A concentração de oportunidades de empregos se dá em locais distintos aos de moradias com preços viáveis para a maioria da população, ocasionando os fluxos diários “casa-trabalho” por causa da localização espacial que se desencontra, e isto é provocado pelo processo de expansão urbana, que gera a mobilidade pendular (BAENINGER, 2004).

Cunha et. al. (2013) ao analisar a Macrometrópole Paulista, faz algumas observações importantes sobre a relação do nível de instrução com a ocupação e a mobilidade pendular, segundo o autor, a escolaridade está relacionada às possibilidades de pendularidade dentro das regiões metropolitanas, pois influencia a renda e a inserção do cidadão no mercado de trabalho.

É importante dizer que, ao mesmo tempo em que o trabalhador com menos rendimentos e menor grau de instrução percorre grandes distâncias para chegar a seu trabalho, por morar longe dos centros urbanos, onde a oferta de empregos é

maior e variada, o trabalhador com maior nível de instrução, que ocupa cargos importantes e que demandam especialização nos seus trabalhos, também se submete muitas vezes aos movimentos pendulares de longa distância, que também está relacionada à condição socioeconômica do indivíduo que a pratica, por ser mais custosa. No caso da RMGV além de ser pequena em extensão territorial e compreender apenas sete municípios do estado, a maior oferta de emprego está em Vitória, a capital, que se localiza no centro da RM, tornando os deslocamentos casa-trabalho menores, em relação a outras grandes RM's do país. A localização central da capital também interfere no trânsito da RM, porque além de concentrar a maior quantidade de empregos também é rota de passagem para trabalhadores que saem de um determinado município metropolitano para trabalhar em outro que não seja a capital, mas apesar da intensidade do trânsito na capital, a mesma não apresenta problemas de mobilidade urbana tão acentuados quanto em outras capitais brasileiras.

3.2. Renda familiar dos imigrantes nas APOND's em Serra

Analisar os rendimentos da população imigrante é demasiado importante, em especial quando as migrações são impulsionadas pela busca por melhores condições de vida, pois a melhora na qualidade de vida se relaciona diretamente com as condições econômicas, sendo um dos fatores que mais estimulam as migrações atualmente.

Quando as migrações são estimuladas pelas condições econômicas, o migrante depende diretamente da renda para tomada de decisões, para escolher o destino final, o modo que irá prover suas necessidades e até mesmo quais os benefícios que almeja ter no local de fixação. Mais do que só um fator econômico, a renda ainda adquire um caráter social, quando a mesma determina o acesso à infraestrutura e equipamentos públicos como cultura, educação, lazer e saúde e ainda acesso a oportunidades de empregos e melhores salários em locais com maior fluxo de capital financeiro. Por conseguinte,

[...] a renda é decisiva em aspectos individuais e sociais cujos reflexos são observados nas condições de vida da população e nos espaços diferenciais criados pelos seres humanos, manifestados na segregação socioespacial e na concentração de renda, que tem rebatimento na concentração fundiária urbana, limitando o acesso àqueles que podem arcar com os custos elevados do preço do solo urbano em determinados pontos gerando um

“mercado de terras”, numa cadeia sucessória de eventos cujos resultados são os mais variados. (NASCIMENTO, 2017, p. 165)

A análise dos rendimentos médios por família, em salários mínimos, para os imigrantes de cada APOND, possibilita um entendimento sobre essa população e seu nível de rendimento, permitindo com isso a comparação com outros aspectos referentes às características das áreas em que se fixaram, como exemplo o grau de instrução ou o tipo de ocupação.

A determinação de áreas que devem receber investimentos em habitação e saneamento básico são diretamente ligadas à necessidade de compreender a realidade sobre a qualidade de vida e a situação de moradia da população (IBGE, 2016b, apud NASCIMENTO, 2017). Pois o vínculo que impera na relação entre população e o meio em que vivem pode ser expresso pelas condições de habitação.

A residência e sua relação com o modo que é edificada, sua localização dentro do território urbanizado, tamanho e quantidade de pessoas que nela habitam, são percebidas pelas pessoas, de maneiras distintas, e são expressas pela condição social e financeira das mesmas. Numa conjuntura urbana, estas diferenças espaciais são expressas como segregação socioespacial e na fragilização ambiental em detrimento da expansão da cidade. Contudo, a ideia aqui explicitada se abstém do detalhamento das características acima relacionadas, mas as usa como subsídio no estudo dos resultados, tentando compreender como a habitação, e suas características locais, se relacionam com a população residente daquela região (NASCIMENTO, 2017).

Os bairros mais valorizados, normalmente, estão em áreas com maior infraestrutura e equipamentos públicos e comunitários, ou com uma característica de desenvolvimento comercial mais acentuada - como shoppings centers, escolas, bancos, comércio, ou regiões próximas às áreas industriais, ou ainda com a proximidade com o litoral, fator muitas vezes determinante para o alto preço das moradias em áreas urbanizadas no município de Serra. A relação das pessoas com os bairros se dá de forma diferenciada, com base na classe social em que cada cidadão se enquadra.

Neste âmbito, a tabela 07 apresenta os microdados referentes aos rendimentos médios por família, em salários mínimos, dos imigrantes em cada APOND, levantados no Censo demográfico de 2010.

Tabela 07: Renda média familiar, em salários mínimos, dos imigrantes nacionais, segundo APOND em Serra (2005-2010).

Área de Ponderação	Renda média familiar	Área de Ponderação	Renda média familiar
Região Laranjeiras 1	9,5187	Região Carapina 2	3,6029
Região Praia II	6,6057	Região Anchieta 1	3,5427
Região Laranjeiras 2	6,2357	Região Serra B 2	3,4742
Região Praia I1	6,071	Novo Horizonte	3,3806
Região Praia I2	4,7805	Região Serra B 1	3,3113
Região Carapina 1	4,6861	Região CIVIT B	2,8866
Castelândia 2	4,496	Região Anchieta 2	2,8755
Região CIVIT A2	4,4868	Região Serra A 2	2,6751
Região Praia III	4,3212	Castelândia 1	2,6524
Região CIVIT A1	4,1286	Região Serra A 1	2,505
Região CIVIT A3	4,0786	Total	90,3152

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais Laburp/UFES.

Nota: O salário mínimo em 2010 era R\$ 510,00.

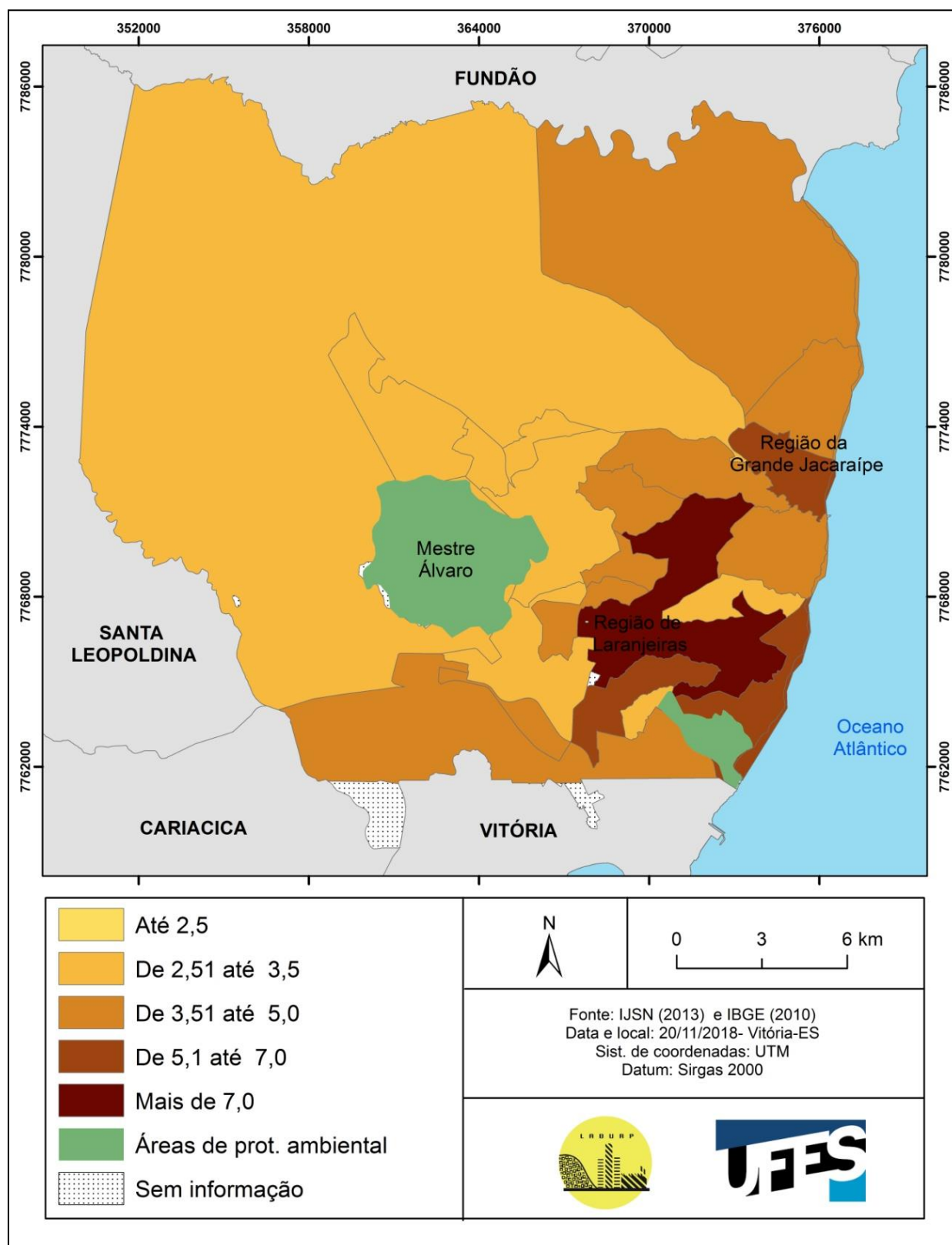
Enquanto os bairros com maior rendimento médio por família (Tabela 07) são pontos de encontro e socialização entre todas as camadas sociais, devido ao fato de que a classe mais pobre desempenha papéis e funções em subempregos que mantêm toda a cidade em funcionamento - mão-de-obra na construção civil, trabalhadores no comércio, serviços gerais e de manutenção - tornando estes bairros como o centro estruturador da economia do setor terciário, que é o caso, citado como exemplo a Região de Laranjeiras 1 Região de e Laranjeiras 2, que detém a maior parte das atividades de comércio e serviços, que alavancaram a economia de Serra, que hoje tem o segundo maior PIB do estado (FREITAS, 2017), e nessas duas regiões também se encontram a maior média de renda familiar e onde se concentra, a maior parte da produção imobiliária. As faixas litorâneas também são pontos de encontro e relações entre todas as classes sociais, por ser cenário de um lazer público atrativo, com uma paisagem contemplativa, este poder de atração também faz com que os preços das moradias nessas regiões sejam elevados em relação às demais, fator que explica os valores de renda média familiar para a região, tendo destaque as regiões, PRAIA I1, PRAIA I2 PRAIA II. Estas cinco regiões citadas anteriormente são as que apresentaram maior média salarial por família de imigrantes dentro do município.

Nos bairros periféricos, devido a sua morfologia, contando com um traçado viário que dificulta o acesso, muitas vezes oriundo de uma ocupação irregular ou

ilegal em áreas que apresentam fragilidade ambiental – fundo de vales, encostas de morros, áreas alagáveis – e também devido a estigma de que cada um deles carrega, são territórios de convivência e relações entre pessoas de mesma classe social, mais baixa, porém são recortes da cidade praticamente desconhecidos pelas pessoas que ocupam uma classe social mais elevada, que normalmente não necessitam desenvolver nenhuma função naquela determinada região e tão pouco tem interesse em conhecer, muitas vezes por medo de sofrer alguma tipo de violência, por uma percepção estigmatizada daquela região, que é o caso das Regiões SERRA A1, SERRA A2, CASTELÂNDIA 1, ANCHIETA 2 e CIVIT B que são as cinco regiões que apresentaram a menor média salarial por família dentro do município.

O mapa 03 abaixo, possibilita uma melhor compreensão da localização das APOND's e a concentração de menores e maiores rendimentos médios mensais por família, em salários mínimos, a fim de entender os destinos migratórios da população que chegou em Serra, entre 2005 a 2010.

Mapa 03: Rendimento mensal domiciliar, em salários mínimos, dos imigrantes nacionais, segundo as APOND's de Serra (2005-2010)



Fonte: IJSN (2013) e IBGE (2010);

O mapa apresenta as APOND's com seus respectivos níveis de rendimento médio familiar dos imigrantes que chegaram ao município nos anos 2000.

A Região de Laranjeiras tem o maior rendimento mensal por família do município, com uma média de mais de sete salários mínimos por família, correspondendo a APOND Região de Laranjeiras 1. Seu entorno também acompanha essa lógica, com exceção das APOND's Castelândia 1 e Região Anchieta 2, que possuem aproximadamente uma média de 2,5 salários por família. A região costeira tem uma média entre 3,5 a sete salários mínimos, na parte sul se concentra a APOND Região Praia II em direção ao norte destaca-se a Região de Jacaraípe, que corresponde a APOND Região Praia I1.

A maior parte do município onde se concentram as menores rendas médias dos imigrantes (até 2,5 salários mínimos) são Região Serra A2 e Região CIVIT B, Região Serra B1. A Região Carapina 2 faz limite com o município de Vitória e tem uma média de renda familiar de 3,5 a cinco salários mínimos. É importante mencionar que algumas das principais áreas que receberam investimentos imobiliários estão localizadas nas APOND's Região Laranjeiras 1, Região Laranjeiras 2 e Região Praia II.

Adiante, serão abordados os números absolutos de imigrantes, entre 2005 e 2010, em Serra por APOND, com o intuito de verificar o destino e volume dos mesmos e a relação da renda com os espaços mais ou menos privilegiados.

Os deslocamentos fazem parte do cotidiano da população, principalmente da urbana, seja por meio da migração ou dos movimentos pendulares. Um dos principais motivos para migrar na cidade é a busca por moradias mais próximas aos locais de trabalho ou por onde sejam viáveis em determinada situação financeira da família, estas trocas modificam o cotidiano dos cidadãos, pois seu espaço de vida é constantemente alterado. Segundo Cunha (2011), o espaço de vida se dá pela junção dos ambientes que mais são frequentados por um indivíduo, ou seja, seu local de trabalho, escola, bairro, igreja, supermercado, entre outros. Quando ocorre a mudança de residência também ocorre uma ruptura desse espaço de vida, pois o indivíduo forma uma nova rotina, em novos ambientes que passam a ser frequentados pelo mesmo. Normalmente, a migração significa uma ascensão social, uma possibilidade de melhoria de vida, conforme Brito (2007), mas devido ao alto preço da terra urbana nas regiões urbanizadas, o imigrante se defronta com uma realidade controversa, pois muitas vezes os bairros que os mesmos almejam morar

os repelem devido ao altíssimo custo de vida para se manterem no local. A tabela 08 apresenta a proporção de imigrantes do município de Serra, entre 2005 e 2010, segundo a APOND e pode-se observar que as áreas que mais receberam imigrantes na última década foram Região Laranjeiras 1, Região Praia II, Castelândia 2, Região CIVIT B2 e Castelândia 1, em ordem decrescente. Enquanto as áreas menos atrativas para os imigrantes foram Região CIVIT A1, Região Serra B2, Região CIVIT A2, Região Serra B1 e Região Serra A2, em ordem crescente.

Tabela 08: Proporção de não migrantes e imigrantes nacionais por APOND em Serra entre 2005 e 2010.

Área de Ponderação	Não migrantes	Imigrantes nacionais
Castelândia 1	4,70%	5,60%
Castelândia 2	6,45%	6,23%
Novo Horizonte	3,11%	5,44%
Região Anchieta 1	5,85%	4,53%
Região Anchieta 2	5,71%	4,46%
Região Carapina 1	4,30%	4,18%
Região Carapina 2	5,66%	5,12%
Região Civit A1	4,30%	2,58%
Região Civit A2	3,77%	2,85%
Região Civit A3	5,90%	4,34%
Região Civit B	6,46%	6,17%
Região Laranjeiras 1	6,18%	9,10%
Região Laranjeiras 2	3,68%	4,09%
Região Praia I1	3,55%	5,11%
Região Praia I2	4,60%	5,38%
Região Praia II	5,40%	6,93%
Região Praia III	3,70%	5,17%
Região Serra A1	4,13%	3,75%
Região Serra A2	3,80%	3,19%
Região Serra B1	5,03%	2,93%
Região Serra B2	3,72%	2,82%
Total	346744	61613

Fonte: IBGE, 2010. Tabulações especiais Laburp/UFES

Relacionando as imigrações, expostas na tabela 08 com a as cinco regiões com a maior renda média familiar para as áreas de ponderação (tabela 07 e mapa 03), podemos concluir que duas das cinco APOND's que mais receberam imigrantes estão nas áreas onde os mesmos possuem as maiores rendas média salariais,

sendo elas Região Laranjeiras 1, com 5.607 imigrantes representando quase 20,7% da população e Região Praia II, com 4.269, representando 18,5% da população.

Tratando das regiões com menor média salarial por família dos imigrantes os resultados apresentados são mais heterogêneos. A APOND Região CIVIT B, recebeu 3.802 pessoas e CASTELÂNDIA 1 recebeu 3.453, essas áreas estão entre as cinco que mais receberam imigrantes nacionais com renda média salarial baixa a nível de Serra.

A APOND Região Laranjeiras 1, tanto nas características dos residentes apresentadas (tabelas 04, 05 e 06), quanto nas características e volume dos imigrantes (tabelas 07 e 08), se destaca ter uma população residente com os maiores níveis de escolarização, ocupação e menores tempos dispendidos com movimentos pendulares e também, por ter o maior número de imigrantes e que possuem a maior média de rendimento familiar do município.

A Região de Praia II, também segue o mesmo perfil que a Região Laranjeiras 1, porém com números inferiores. Castelândia 2 tem uma população com característica mescladas e um número médio de imigrantes e rendimento médio por família.

E a Região CIVIT B 2 está entre uma das APOND's com menor rendimento médio familiar por família dos imigrantes, grau de escolaridade, maior número de residentes ligados a atividades mal definidas "Outros", e que boa parte da população gasta um bom tempo no trajeto para o trabalho. Porém tem uma boa atratividade migratória.

3.3. Os investimentos imobiliários e a centralidade de Laranjeiras

Para compreensão do contexto temporal, faz-se necessário uma análise acerca da produção imobiliária, além de suas estratégias adotadas, para o desenvolvimento de sua atividade no município de Serra e, de forma direta, a produção do espaço urbano por ela decorrente. A produção imobiliária voltada para habitação de mercado, tanto no município de Vila Velha como em Serra, ao longo das últimas décadas, sempre teve como propósito o retorno financeiro e acumulação de renda a partir da negociação deste espaço urbano produzido. Para que esta acumulação aconteça é primordial que existam elementos e situações favoráveis como, por exemplo, o acesso a crédito imobiliário, oferta de terrenos de baixo valor,

porém servidos de infraestrutura, além do apreço simbólico que o lugar possa possuir (GONÇALVES, 2010).

A partir do financiamento imobiliário e com o aumento do poder de compra é que o empreendedor pode aumentar o valor do imóvel e com isso também o seu lucro. Ainda como objeto para aumentar o lucro e valorizar ainda mais seu empreendimento o produtor imobiliário lança mão dos ideais subjetivos sobre a compra do imóvel, não só pelo fato, mas também pelo status. Essa manobra utilizada pelo mercado imobiliário representa a lógica da acumulação por meio da produção imobiliária que tem como base a apropriação capitalista do espaço (CAMPOS JR, 2002 apud GONÇALVES, 2010), fazendo com que o imóvel e o lugar se unam para proporcionar a reprodução do capital imobiliário.

O município de Serra, a partir dos anos 2000 passa a fazer parte do interesse imobiliário na RMGV (GONÇALVES, 2010; ZANOTELLI; FERREIRA, 2011, FERREIRA, 2014). Vila Velha e Vitória concentravam, em sua faixa litorânea, a produção imobiliária de mercado que vinha sendo praticada, contudo a dinâmica imobiliária se voltou para Serra, com início no ano de 2003, e se estabeleceu distante de suas praias, mais precisamente na região de Laranjeiras, considerado um dos subcentros de maior relevância dentro da RMGV (FERREIRA, 2014).

O bairro de Laranjeiras começou a apresentar uma tendência para o comércio e serviços no início dos anos de 1990, que se reúnem em apenas uma avenida que possui 01 (um) quilômetro de extensão aproximadamente, a Avenida Central, que é a principal do bairro e se interliga com a Avenida CIVIT em suas duas extremidades. Predomina-se no local atividades do ramo varejista, que também são vistas em outros municípios da RMGV, como a Avenida Expedito Garcia, em Campo Grande (Cariacica) e as Avenidas Carlos Lindenberg, a partir do bairro Glória, e Champagnat no Centro de Vila Velha. Logo, pode-se classificar a Avenida Central em Laranjeiras e as demais citadas como subcentros de serviços tradicionais, formando o setor varejista.

A instalação do Shopping Laranjeiras provocou uma centralidade ainda maior no bairro, modificando substancialmente o espaço, como a desapropriação de terrenos e ampliação de ruas, executadas pelo poder público para a construção do shopping, que possibilitou substancialmente a especulação imobiliária. Essas modificações despertaram o interesse de dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários, que investiram no entorno do Shopping e em áreas

vizinhas, construindo especialmente, condomínios fechados e empreendimentos comerciais (BARBOSA, 2009).

Os serviços disponíveis nessa área do bairro, que atende boa parte da população em Serra, favorece a reprodução do capital em Laranjeiras, tendo uma importância fundamental para muitos dos que o frequentam, pois ele concentra espacialmente, serviços de atendimento bancário, jurídico, odontológico, comerciais com variedades, entre outros, que não são oferecidos em muitas áreas urbanas de Serra, onde muitos residem (BARBOSA, 2009).

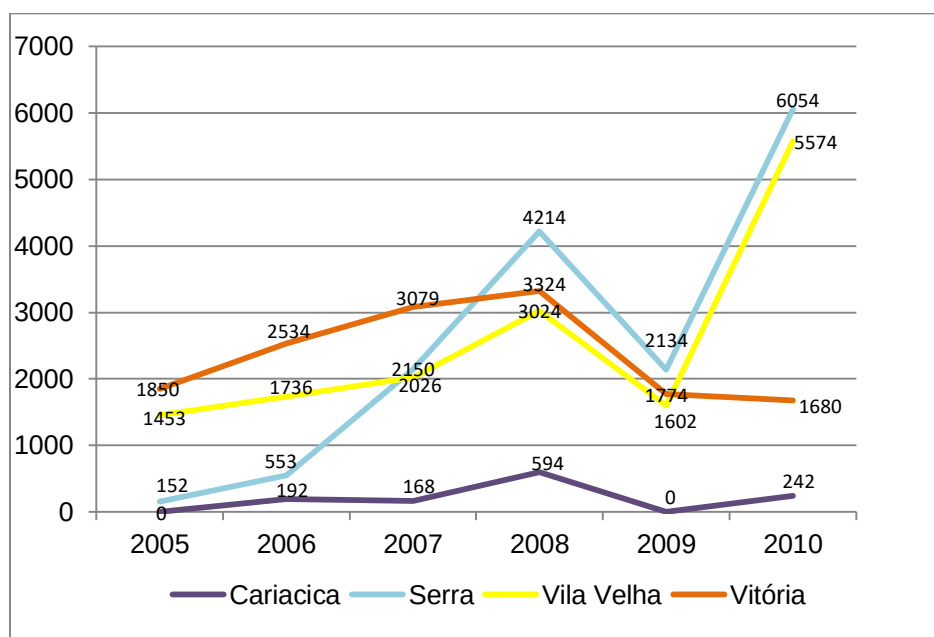
Surgiu uma grande aglomeração de empreendimentos imobiliários no entorno de Laranjeiras no início dos anos 2000, como exemplo o bairro Colina de Laranjeiras localizado na APOND Região Laranjeiras 1, mas também houve um desvio de alguns empreendimentos que foram se concentrar na faixa litorânea, no bairro Praia da Baleia, inserida na APOND Castelândia 2 (FERREIRA, 2014).

A partir do ano de 2009 com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) estimulou o crescimento na produção imobiliária em Serra, conforme o gráfico 04, este programa foi desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com empresas da construção civil, que tinha como objetivo à construção de moradias voltadas para uma população com rendimentos que chegassem até 10 salários mínimos e seriam financiadas por bancos (TONE, 2010, MARICATO, 2011, FERREIRA, 2015),

Para a produção de moradia voltada para um público de menor rendimento, as empresas imobiliárias buscavam terrenos com preço reduzido, o que causou o lançamento de empreendimentos nos bairros localizados nas periferias metropolitanas, ocasionando um alargamento da mancha urbana com a dispersão destes empreendimentos nas periferias, causando até mesmo valorização nestas regiões (FERREIRA, 2014).

Analisando novamente o gráfico 04 é perceptível que houve uma diminuição da produção imobiliária no ano de 2009 dentro da RMGV, antecedendo ao lançamento do PMCMV. Logo após o lançamento do programa, houve uma significativa alteração nos valores, apresentando um crescimento substancial no número de lançamentos imobiliários, voltados agora para novas áreas da metrópole, relacionando diretamente o este crescimento com o PMCMV (FERREIRA, 2014).

Gráfico 04: Número de lançamentos de unidades imobiliárias em empreendimentos com mais de 800 m² entre 2005 e 2010 em quatro municípios da RMGV.



Fonte: SINDUSCON-ES 2005 a 2010 apud FERREIRA, 2014. Adaptado pela autora.

A disponibilidade de grandes áreas vazias e com custo baixo é um fator importante para o crescimento do mercado imobiliário, porém este mercado, além de grandes terrenos também procura oferta de serviços, infraestrutura e proximidade com amenidades naturais nos mesmos. Outro importante fator que incrementa nas decisões de localização de investimentos imobiliários são os eixos viários. Em Serra, as atividades imobiliárias se concentraram principalmente no entorno de Laranjeiras, como exemplos são os bairros Santa Luzia, Colina de Laranjeiras e Morada de Laranjeiras, esses bairros eram grandes vazios urbanos no final de 1990.

Uma característica notável dos empreendimentos imobiliários em Serra é a relativa distancia com os bairros populares. Os empreendimentos lançados até 2008 se concentram, sobretudo próximos a Laranjeiras, diferentemente dos bairros ocupados pela camada social menos favorecida, que residem longe das áreas centrais. Com exceção da antiga vila operária “Chico City”, que está incorporada no bairro Colina de Laranjeiras, que abriga muitos empreendimentos imobiliários, e do bairro Taquara II, que é separado apenas por um vale do empreendimento Aldeia Parque, que se encontra no bairro Colina de Laranjeiras.

Além de ser resultado, a produção do espaço urbano possibilita a acumulação através da produção imobiliária. E como já foi exposto,

[...] a localização dos empreendimentos imobiliários em Serra não apenas expressa espacialmente a produção imobiliária, mas se revela enquanto condição para esse processo social (GONÇALVES, 2010, p. 152).

Desta forma, pode-se dizer que o mercado imobiliário atua diretamente, sendo um dos responsáveis pela formação e rearranjo de áreas centrais e periféricas, gerando um espaço metropolitano multifacetado em Serra.

O estado do Espírito Santo sempre esteve à margem dos demais estados do Sudeste, situação que se estendeu desde a sua formação até a sua fase de industrialização, seguindo uma política patrimonialista do Estado. Foi a partir de 1960 que o estado consegue destaque na economia nacional, quando passa a receber grandes investimentos em infraestrutura, com abertura e melhoramento de vias, ferrovias e portos a fim de tornar possível a instalação de grandes empresas no estado. A construção, implantação e funcionamento destas grandes empresas, como podem ser citadas Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica de Tubarão, além dos portos de Tubarão e Praia Mole, ocasionaram não só um avanço na economia, mas também uma demanda por serviços urbanos e moradia, que buscava atender à população crescente que era atraída pelas oportunidades de trabalho na região, ocasionando um espraiamento urbano e uma precarização da cidade, tanto em Serra quanto nos demais município de RMGV.

Preocupado em suprir a demanda por moradia, o Estado adota uma política voltada para a construção habitacional, produzindo conjuntos habitacionais em periferias, que foram construídos pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES. A tipologia construtiva predominantemente adotada por essas empresas eram os conjuntos habitacionais de casas unifamiliares voltados a atender a classe média e baixa formada principalmente por operários industriais. A capital Vitória, por concentrar a melhor infraestrutura, passou por uma valorização do seu solo urbanizado, condicionando grande parte da população, com renda baixa, a ocupar os municípios vizinhos à capital, contudo quando a população não se enquadrava nas regras do financiamento ou na regulamentação da produção habitacional promovida pelo Estado, ela passava a ocupar loteamentos nas áreas periféricas da cidade e a população, com renda muito baixa, incapaz de subsidiar até mesmo moradia em loteamentos desvalorizados, busca ocupar áreas ambientalmente frágeis, em loteamentos ilegais, desprovidos de qualquer infraestrutura e qualidade de vida, com a participação do Estado de forma omissa para tais problemas. Somente no

município de Serra, nas décadas de 1970 e 1980, a COHAB-ES produziu 12.149 unidades habitacionais, mais que a soma das unidades lançadas em Cariacica, Vila Velha e Vitória, com 11.037 unidades somadas, já o INOCOOP-ES produziu 13.756 unidades residenciais em Serra, de um total de 26.670 em toda a RMGV, mais que 50% do total produzido, todavia esta produção imobiliária por parte do Estado sempre foi inferior a real demanda existente (SILVA, 2014). Esta ocupação do município de Serra foi favorecida pelo fato de o município estar próximo da capital e de grandes indústrias, além de contar com grandes áreas vazias e de baixo custo. A história da ocupação e formação do espaço urbano da RMGV replica o modelo vivenciado em várias outras cidades brasileiras. A análise de dados na tabela 09, mesmo sendo recentes, ainda mostram a condição precária da ocupação, quando de um total de 124.94 domicílios particulares permanentes, 10.515 estão situadas em áreas consideradas aglomerados subnormais.

Tabela 09: Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano em Serra – 2010.

Sítios urbanos	Nº domicílios
Margem de córregos, rios ou lagos/lagoas	506
Unidade de Conservação	699
Aterros sanitários, lixões e outras áreas contaminadas	117
Encosta	2285
Colina suave	823
Plano	6085
Total	10515

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 apud SILVA, 2014.

O padrão construtivo no município de Serra foi modificado, a partir dos incentivos destinados à construção civil, proporcionados pelo PMCMV, com financiamento e subsídios para venda, destinadas às pessoas com faixa de renda de três a dez salários mínimos e devido à grande disponibilidade de áreas vazias, a construção de grandes condomínios fechados alterou de forma marcante a paisagem e a relação com o espaço público, quando foram criados espaços confinados, acentuando ainda mais a segregação socioespacial, pois mesmo com o lançamento de inúmeras unidades habitacionais, o município continuou abrigando grande parte da população em aglomerados subnormais, como visto na tabela anterior. O PMCMV adotou uma política semelhante à do BNH, produzindo moradia

para a população de baixa renda, ou seja, a faixa 1 do programa que atende a população com renda mensal de até 1,800,00 reais, em periferias sem infraestrutura isoladas do contexto da cidade (MARICATO, 1996) apontando que o PMCMV produziu habitação social sem se preocupar em produzir uma cidade com a mesma ótica (FERREIRA, 2012).

Nos anos 2000, a RMGV ganha destaque, mais pela participação na economia internacional do que na nacional, pois toma partido de sua posição geográfica privilegiada, contando com uma estrutura portuária estruturada com vários portos ao longo do seu litoral. Acompanhando este crescimento econômico, Serra passa a atrair investidores e empresas para atender às demandas ocasionadas por aproximadamente 30 anos de intensa ocupação, contando ainda com inúmeras áreas vazias na cidade com um preço baixo, quando comparados à capital, e devido à sua localização privilegiada dentro do cenário metropolitano capixaba, empresas imobiliárias passam a investir na produção de habitações voltadas para um público de maior renda, diferenciando dos padrões construtivos adotados nas décadas de 1970 e 1980 pela COHAB-ES e INOCOOP-ES. Na década de 2000 o perfil social da população de Serra começa a alterar, pois o município passa a sediar empreendimentos com padrões voltados para uma classe média em ascensão, formado por condomínios fechados unifamiliares ou multifamiliares que contavam com infraestrutura, lazer e segurança próprios. Estes condomínios fechados produzem espaços urbanos isolados que acabam encerrando, entre os seus muros, o cidadão da cidade, evidenciando ainda mais a segregação social na cidade. Entre os anos de 2005 e 2009 foram produzidas mais de 20 mil residências, divididas em 95 condomínios fechados, contando que para o ano de 2010 havia a previsão de lançamento de 4.966 novas unidades distribuídas em 20 condomínios (SILVA, 2014). A tipologia de condomínios fechados se mostra bastante lucrativa, principalmente em Serra que possui grandes terrenos com valor reduzido, pois foi o modelo mais adotado pelas imobiliárias, permitindo o adensamento populacional a fim de otimizar a infraestrutura e áreas de lazer. Esta alteração na tipologia construtiva da cidade, onde até então predominava a construção horizontalizada, com edifícios de conjuntos habitacionais que não passavam de 04 pavimentos, passou a receber, ditadas pelos incorporadores, edifícios verticais com diversos números de pavimentos, configurando uma nova paisagem na cidade.

As regiões situadas próximas à Vitória, Carapina, Laranjeiras e as regiões localizadas na faixa litorânea passaram por um maior processo de verticalização que acompanhou os eixos viários da BR-101, Rodovia Norte-Sul e Rodovia do Sol, que permitem o acesso fácil à capital e uma melhor mobilidade urbana, sendo isso um dos critérios para escolha do município de Serra como local de moradia de parte da população (SILVA, 2014).

Conforme explicitado por Silva (2014), e segundo dados do Censo 2010, o bairro de Santa Luzia, próximo a Laranjeiras, foi o bairro que passou por um maior adensamento na década de 2000, passando de uma população com 260 moradores para um total de 2.890, um crescimento de 1.011,50% (SILVA, 2014). A figura 04 mostra a análise temporal deste adensamento na região, comparando fotos aéreas do ano de 2003 com o ano de 2010 e é possível notar a construção de inúmeros condomínios fechados ao longo da Avenida Norte-Sul, importante via que liga Serra à capital.

Figura 04: Foto aérea do bairro Santa Luzia em 2003 e 2010



Fonte: SILVA, 2014.

Do mesmo modo, fazendo uma análise de fotografias dos anos de 2003 e 2010, conforme figura 05, é possível perceber a ocupação, pelos empreendimentos habitacionais multifamiliares, que ocorreram no bairro Morada de Laranjeiras na década de 2000, fazendo com que sua população de 1.591 habitantes fosse aumentada para 5.460 habitantes, um crescimento de 243,20%.

Figura 05: Foto aérea do bairro Morada de Laranjeiras em 2003 e 2010



Fonte: SILVA, 2014.

A ocupação ocorreu ao longo da Avenida Paulo Pereira Gomes, que liga o centro da região de Laranjeiras com a faixa litorânea e fica próxima ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e a uma universidade privada, além de se conectar com a Rodovia do Sol (ES-010), outro importante eixo de ligação entre Serra e Vitória (SILVA, 2014), reafirmando a condição citada anteriormente em relação à mobilidade e facilidade de acesso à capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento deste trabalho algumas considerações que contribuem ao desenrolar desta empreitada e a testificam devem ser feitas, pois a busca por respostas para os questionamentos iniciais, de compreender como a migração se relaciona com a segregação socioespacial e de que maneira a atuação dos agentes produtores do espaço podem influenciar no volume e direcionamento de destino da população migrante dentro do município, são fundamentais para a compreensão da dinâmica migratória que ocorreu dentro do município de Serra na década de 2000.

O trabalho num primeiro momento discutiu algumas referências acadêmicas gerais sobre a produção do espaço urbano, as migrações nas regiões metropolitanas e a segregação socioespacial, para compreender as transformações na cidade. Após isto foram apresentadas algumas das características gerais do

município e a síntese de sua história com ênfase na produção imobiliária, migração e investimentos industriais.

Como apresentado, o crescimento de conjuntos habitacionais se voltou para Serra, principalmente após meados da década de 1970, com a intensificação da industrialização, com a presença de indústrias de grande porte (instalação do CIVIT I e II, além do porto e da CST), o que gerou uma demanda por mão-de-obra, atraindo, assim, imigrantes com diferentes níveis de escolaridade para desempenhar funções variadas. Essa população recém-chegada demandava por habitação, sendo ela produzida pelo mercado imobiliário ou mesmo autoconstruída.

Para a década de 2000, a produção imobiliária passa a ser o promotor de crescimento. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 a produção imobiliária era voltada para suprir a demanda por habitação, a partir da década de 1990, e mais precisamente no final da década de 2000, a produção imobiliária em Serra toma características de mercado, produzindo não só para demanda por moradia, mas como produto de consumo de uma população que busca investir na cidade e usufruir dos equipamentos, serviços e amenidades que o município oferece.

Serra, na década de 2000 atraiu uma população em ascensão, com maiores rendimentos, mas seu território ainda continua mesclado, pois ao mesmo ainda existem muitas pessoas com rendimentos mensais baixos que procuram áreas do município onde possam se fixar, sendo essas áreas muitas vezes desprovidas de infraestrutura desejável e serviços variados. A análise feita neste trabalho permitiu entender as características das APOND's de Serra e o perfil econômico de seus imigrantes relacionando com a segregação socioespacial que existe no município desde sua formação, porém vem sendo intensificada com a chegada de grandes investimentos do setor imobiliário. A Região de Laranjeiras hoje pode ser considerada uma área segregadora de pessoas que não tem condições financeiras de arcar com a infraestrutura, serviços, localização, vias de acesso e lazer que a mesma oferece e o mercado imobiliário, se aproveitando de todos esses benefícios oferecidos, encarece seus imóveis causando a especulação imobiliária a segregação da cidade.

O poder centralizador que a região de Laranjeiras e o seu entorno imprime sobre o território é observado no mapa 03, concentrando as maiores rendas numa pequena faixa do território, onde os melhores níveis de escolaridade, ocupação e

tempo de descolamento para o trabalho dos residentes, sendo alvo também dos maiores investimentos imobiliários no município.

A destinação da migração para as APOND's de menor rendimento mensal familiar é explicada pelo custo e as incertezas que o imigrante enfrenta ao se deslocar (OJIMA et. al., 2010).

A configuração do território de Serra se dá de modo concentrado, quando são tratados os maiores rendimentos médios familiares dos imigrantes, ligados às características dos residentes e as infraestruturas locais. Contudo, quando é tratada a migração para APOND's com menores rendimentos médios salariais, a fixação da população no território se mostra de forma dispersa. Nestas áreas também se apresentam alguns dos menores índices de escolaridade, ocupações que exigem menor grau de especialização para serem exercidas e alguns dos maiores tempos de deslocamento para o trabalho.

Com o exposto, é possível afirmar que a média salarial por família relacionada ao volume de imigrantes em cada APOND é um fator determinante para entender a disposição desses novos cidadãos e a segregação no espaço da cidade. Os dados mostram que as presenças de imigrantes, com destino aos bairros de maior renda média salarial, indicam uma dinâmica migratória conduzida pela segregação existente nos espaços da cidade, pois são estimulados tanto pelo estigma de morar quanto pela distribuição de infraestrutura e equipamentos na cidade de forma heterogênea, que determinam o destino dos imigrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, A. T. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP, 1999.

AZEVEDO, Jose Eduardo Faria de. Serra 21: plano estratégico da cidade 2000-2020: agenda 21 local. Serra, ES: Prefeitura Municipal, 2000. 110p.

BAENINGER, Rosana. (2004). **Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1282/1246>. Acesso em: 24/06/2018.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: _____. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos

de População-Nepo/Unicamp, 2011. cap. 4, p. 71-94.

BAENINGER, Rosana. Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste, 3. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000. 200p.

BARBOSA, P. I. G. Centralidade Embrionária. O bairro Laranjeiras como uma das cristalizações do processo de Descentralização Comercial na Metrópole Capixaba. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Brasília. 2007. 25 p.

BRITO, F.; SOUZA, J. **Expansão urbana nas grandes metrópoles**: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo Perspec. [online]. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000400003&script=sci_arttext>. Arquivo capturado em: 16 de jun. 2017.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade dos muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000. 400 p.

CAMPOS JÚNIOR; C. T. de; GONÇALVES, T. M. **Produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo**: estratégias recentes da construção imobiliária. Mercator, v.8, n.17, 2009. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/334>>.

CAMPOS, M. M. Arte na cidade: da paisagem as dinâmicas urbanas. Revista Farol. [on-line]. Edição 7. Vitória: dezembro 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/farol/article/view/11462>>. ISSN: 1517-7858

CASTIGLIONI, Aurélia H. Mudanças na estrutura demográfica do espírito santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**, Vitória. n. 7. p. 93-109, 2009.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, J. M. P. et. al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementariedade socioespacial. Cad. Metrópole, São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 433-459, jul/dez 2013.

CUNHA, José Marcos Pinto da. (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. 184p.

DOTA, E. M. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. **Geografares**, v. 21, p. 142–153, 2016.

DOTA, E. M.; CAMARGO, D. M. **Regionalização, mobilidade pendular e os desafios metropolitanos**: o caso da RM de Campinas. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, janeiro/junho 2015, p. 127 a 148.

DOTA, E. M.; COELHO, A. L. N.; CAMARGO, D. M. **Atlas da migração no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: PROEX/UFES, 2017.

DOTA, E. M. Dinâmica migratória recente na RM de Campinas: análise dos fatores associados. *Revista Serviço Social & Saúde*, v. 14, p. 157-172, 2015.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. [mimeo], 2018.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. A expansão da periferia por conjuntos habitacionais na Região da Grande Vitória (1964-1986). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2008.

ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. (Org.). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: Subsídios para as projeções da população. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/20603561/mudancas-demografica-no-brasil-no-inicio-do-seculo-xxi>>. Arquivo capturado em: 25 de out. de 2018.

FERREIRA, F. C. A produção imobiliária e a renda da terra: estudo de alguns casos na Região Metropolitana da Grande Vitória. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

FERREIRA, F. C. Propriedade fundiária, os “vazios urbanos” e a organização do espaço urbano: o caso de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES (RMGV-ES) Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

FERREIRA, G. A. C. **A lei no plano e o plano na lei**: Convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo capixaba. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFF Niterói-RJ, 2016. 556 p.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.** Coord. João Sette Whitaker Ferreira. -- São Paulo: LABHAB, FUPAM, 2012.

FREITAS, Dayane. Prefeitura Municipal de Serra/ES, 15 de Dezembro de 2017. Disponível em: <<http://serra.es.gov.br/site/publicacao/serra-tem-o-segundo-maior-pib-do-espírito-santo-2017>>. Acesso em: 11 de fev. de 2019.

GONÇALVES, T. M. A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras. Vitória-ES: Monografia de Geografia apresentada ao Departamento de Geografia da UFES, 2007. Disponível em: <<http://www2.cchn.ufes.br/geoufes/?Monografias:2010>>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

GONÇALVES, T. M. Novas Estratégias da Produção Imobiliária na Grande Vitória: Um Estudo sobre as Recentes Transformações do Espaço Urbano de Serra-ES. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. Métodos Quantitativos Estatísticos. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 245 p.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. Brasil: 2010.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES; TRESINARI, E. M. (2012). Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Espírito Santo - 2010. Vitória, ES. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/1523-produto-interno-bruto-pib-dosmunicipios-2010>>. Acesso em: 30 de out. de 2018.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (2017). PIB dos Municípios do Espírito Santo – 2015. Vitória, ES. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5986>>. Acesso em: 25 de jan. de 2019.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

Lei Complementar Estadual nº 58 de 23 de Fevereiro de 1995: Instituição da

Região Metropolitana da Grande Vitória. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%2058.html>>.

Acesso em 10 de jan. de 2019.

Lei nº 6.766 de 19 de Dezembro de 1979: Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em 15 de out. de 2018.

Lei Estadual nº 9.972 de 28 de dezembro de 2012: Altera o limite entre os Municípios de Vitória e de Serra, fixado na Lei nº 1.919, de 31.12.1963. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9972.html>>. Acesso em 10 de jan. de 2019.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. FAPERJ, DP&A: Rio de Janeiro, 2006. cap. 2. p. 41-57.

LIMA, M. H. T. **Exclusão social**: representações sociais da pobreza urbana no Brasil. Vitória: EDUFES, 2005. 244 p.

MACHADO, Viviane. G1 Globo.com, Espírito Santo, 30 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/espírito-santo-tem-4016356-habitantes-em-2017-estima-ibge.ghtml>>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, Hucitec/Série Estudos Urbanos, 1996.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

MUNIZ, D. B. AS NOVAS EXPRESSÕES DA CENTRALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

NASCIMENTO, A. H. Migração no município de Serra-ES no período de 2000 a 2010: Uma análise a partir dos microdados dos Censos Demográficos do IBGE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. **O estigma de morar longe da cidade**: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. Cadernos Metrópole. São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896>>. Arquivo capturado

em: 16 de jun. 2017.

RIBEIRO, L. C. de Q. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. **Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade**. DP&A: Rio de Janeiro. ago/dez 2001 / jan/jul 2002. cap. 2. p. 79-103.

RIGOTTI, J. I. R. Reflexões sobre as tendências da redistribuição espacial da população no Brasil, à luz dos últimos resultados do Censo Demográfico 2010. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 64, n.4, out/dez 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SCHAEFFER, L. O processo de produção da cidade a partir das intervenções urbanas: o caso do “Projeto Lerner” para Serra-ES. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

SILVA, Letícia Tabachi. **A produção de localizações: estruturação territorial da Grande Vitória**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP São Paulo, 2014. 235 p.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SIQUEIRA, M da P. S. **A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990**. Revista de História e estudos culturais, v. 6, n.4, 2009.

Disponível em: <
http://www.revistafenix.pro.br/ZIP21/ARTIGO_10_Maria_da_Penha_Smarzaro_Siqueira.zip>. Arquivo capturado em: 16 de jun. 2017.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560 p.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

TONE, Beatriz Bezerra. Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício. Dissertação de Mestrado da FAUUSP. São Paulo, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. **A disseminação dos condomínios**

fechados em Serra - Região Metropolitana da Grande Vitória, ES - e os impactos ambientais da implantação de Alphaville. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (XII Simpurb). Belo Horizonte, 2011.